

# REGIÃO CENTRO



## BOLETIM TRIMESTRAL

INFORMAÇÃO REPORTADA AO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2010

08



# [índice]

## CONJUNTURA

- 02** Enquadramento Nacional
- 04** Mercado de Trabalho
- 10** Desemprego Registado
- 12** Empresas
- 13** Comércio Internacional de Bens
- 15** Turismo
- 16** Construção e Habitação
- 18** Preços e Consumo Privado
- 20** Políticas Públicas na Região Centro
- 24** EUROACE 2020  
Estratégia para a Eurorregião  
Alentejo–Centro–Extremadura

## DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO

- 26** Mobilidade Geográfica dos Trabalhadores na  
Região Centro 2004-2007

## [ficha técnica]

Editor: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro | Responsável Técnico: Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional | Data de Edição: Dezembro de 2010 | Fotografia da capa: Vitor Ribeiro | Design Gráfico: DallDesign, Unipessoal Lda. | Impressão: DallDesign, Unipessoal Lda. | ISSN: 1647-3612

boletimtrimestral@ccdr.pt  
www.ccdrc.pt





No terceiro trimestre de 2010, à semelhança dos dois trimestres anteriores, a actividade económica nacional voltou a evidenciar alguns sinais positivos. O Produto Interno Bruto cresceu 1,4% face ao mesmo período do ano anterior, resultado do contributo positivo da procura externa, uma vez que a procura interna diminuiu por força do abrandamento do consumo e da diminuição do investimento.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego da Região Centro diminuiu face aos outros valores registados em 2010, fixando-se em 7,4% no terceiro trimestre. Pelo contrário, a taxa de desemprego nacional voltou a aumentar, atingindo um novo máximo (10,9%). No entanto, face ao trimestre homólogo, na Região Centro assistiu-se à diminuição da taxa de actividade, à redução do emprego e ao aumento do número de desempregados.

A actividade comercial dos operadores com outros países, no terceiro trimestre de 2010, foi marcada por um abrandamento, sentido com maior intensidade na Região Centro do que em Portugal. O mercado intra-comunitário foi o mais afectado, tendo-se registado uma desaceleração no crescimento das saídas de bens e um decréscimo homólogo real nas entradas provenientes da União Europeia.

O sector empresarial evidenciou uma forte contracção no País e na Região Centro, no terceiro trimestre de 2010. Verificou-se um menor dinamismo na criação de empresas, com uma redução do número de novas empresas constituídas, e, adicionalmente, um crescimento homólogo do número de acções de insolvência de empresas. Neste trimestre, as empresas voltaram a enfrentar grandes dificuldades nas relações com as instituições financeiras, tendo-se registado uma redução real dos empréstimos concedidos por estas instituições e um aumento do peso do crédito vencido no crédito concedido. Destacou-se ainda o agravamento da situação do sector da construção que registou fortes decréscimos homólogos no número de edifícios concluídos.

À data de 30 de Setembro de 2010, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), foram aprovadas na Região Centro 8.634 candidaturas que representavam um investimento total de 8.642 milhões de euros e 3.445 milhões de euros de fundos comunitários. Estas candidaturas aprovadas na região correspondiam a 29,0% do número de projectos aprovados no país e 26,3% do total nacional de fundos comunitários atribuídos. No Programa Operacional Regional – Mais Centro, até 30 de Setembro de 2010, tinha sido aprovado para a região um valor total de FEDER de 1.102 milhões de euros, o que reflectia uma taxa de compromisso do total de fundo programado de 64,8%. Até ao terceiro trimestre de 2010 também se observou um importante aumento da despesa validada de FEDER, no âmbito do Mais Centro, a que correspondeu uma taxa de execução (fundo validado/fundo programado) de 11,9%.

Neste Boletim é ainda apresentada uma análise da mobilidade geográfica dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro no período 2004-2007.

# [CONJUNTURA]

## ENQUADRAMENTO NACIONAL

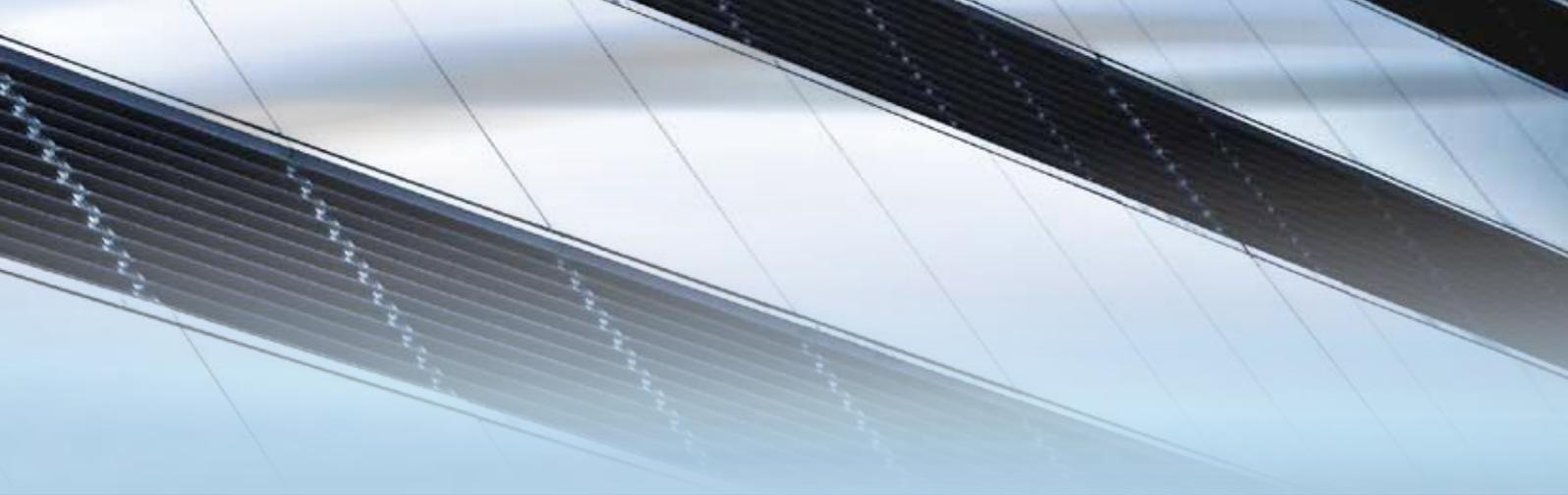
No terceiro trimestre de 2010 e à semelhança dos dois trimestres anteriores, a actividade económica nacional voltou a evidenciar alguns sinais positivos. O Produto Interno Bruto cresceu 1,4% face ao mesmo período do ano anterior, resultado de uma melhoria registada na procura externa. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego nacional aumentou, fixando-se em 10,9%. Também o nível geral dos preços aumentou tendo-se registado um crescimento homólogo de 1,9%. No que se refere às percepções dos agentes económicos, verificou-se uma maior confiança por parte dos consumidores e dos empresários.

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		3T10	2T10	1T10	4T09	3T09	2009	2008
PIB <sup>1</sup>	v.h. (%)	1,4	1,4	1,7	- 1,0	- 2,2	- 2,5	0,0
Procura interna	v.h. (%)	- 0,7	2,2	1,2	- 1,9	- 2,4	- 2,9	1,2
Consumo das famílias	v.h. (%)	1,3	2,9	2,7	0,2	- 1,2	- 1,0	1,8
Taxa de investimento	%	18,7	19,0	19,0	19,7	20,8	20,2	22,9
Exportações	v.h. (%)	9,2	9,1	8,7	- 1,5	- 9,7	- 11,7	- 0,3
Importações	v.h. (%)	1,5	9,8	5,5	- 3,7	- 8,5	- 10,6	2,8
VAB	v.h. (%)	1,0	1,4	1,9	- 0,4	- 1,9	- 2,3	0,5
Taxa de desemprego	%	10,9	10,6	10,6	10,1	9,8	9,5	7,6
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v.h. (%)	1,9	1,0	0,3	- 0,7	- 1,5	- 0,8	2,6
Indicador de confiança dos consumidores	%	- 37,4	- 40,1	- 35,4	- 30,0	- 29,5	- 38,5	- 38,4
Indicador de clima económico	%	0,1	0,0	- 0,6	- 0,3	- 1,2	- 1,8	0,3
Taxa de câmbio USD/EUR*	USD	1,291	1,273	1,384	1,478	1,431	1,393	1,471
	v.h. (%)	- 9,8	- 6,5	6,3	12,3	- 4,9	- 5,3	7,3

\* USD–Dólar dos Estados Unidos; EUR–Euro

No terceiro trimestre de 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional aumentou 1,4% face ao trimestre homólogo<sup>2</sup> (Quadro 1). Este crescimento esteve associado ao contributo positivo da procura externa uma vez que a procura interna registou um decréscimo homólogo neste trimestre. Esta situação foi contrária à observada no trimestre anterior em que o aumento do PIB (também de 1,4%) se deveu, em grande parte, ao contributo da procura interna.

No terceiro trimestre, a procura interna contribuiu negativamente para o PIB, tendo registado um decréscimo homólogo de 0,7%, após dois trimestres consecutivos de variações homólogas positivas. Esta alteração na evolução da procura interna esteve associada à desaceleração do crescimento das despesas de consumo final (nomeadamente do consumo das famílias) e à diminuição do investimento. A taxa de investimento (investimento em percentagem do PIB) fixou-se, neste trimestre, em 18,7%, registando um novo mínimo deste indicador para a série iniciada em 1995<sup>3</sup>.



No mercado externo, assistiu-se, pelo terceiro trimestre consecutivo, a um aumento homólogo das exportações e das importações, contrariando as contínuas diminuições registadas desde o último trimestre de 2008 até ao final de 2009. Face a igual período de 2009, as exportações cresceram 9,2%, ou seja, mais 0,1 pontos percentuais (p.p.) do que no trimestre anterior. Já as importações, embora tenham crescido, registaram uma forte desaceleração, passando de uma variação homóloga de 9,8%, no segundo trimestre de 2010, para 1,5% no terceiro trimestre.

No lado da oferta, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado cresceu, em termos homólogos, 1,0%, aumento ligeiramente inferior ao observado nos dois primeiros trimestres do ano. À semelhança do trimestre anterior, o VAB da generalidade dos ramos de actividade registou taxas de variação positivas, tendo apenas dois ramos registado uma variação homóloga negativa: “construção” (-2,9%) e “agricultura, silvicultura e pescas” (-2,0%). Com crescimentos homólogos positivos e acima de 2%, destacaram-se neste trimestre a “energia, água e saneamento” (3,8%) e o “comércio e reparação de veículos; restauração e alojamento” (2,1%).

No que respeita ao mercado de trabalho nacional, no terceiro trimestre de 2010, registou-se um aumento da taxa de desemprego que se fixou em 10,9%, ou seja, agravou-se 0,3 p.p. face ao trimestre anterior e 1,1 p.p. face ao homólogo.

Também os preços registaram um agravamento no terceiro trimestre de 2010, tendo o Índice de Preços no Consumidor (IPC) aumentado 1,9% face a igual período do ano anterior. O nível médio dos preços observou um decréscimo homólogo em apenas três classes de bens: “comunicações” (-1,8%), “vestuário e calçado” (-1,7%) e “saúde” (-1,0%). Nas restantes nove das 12 classes de bens do IPC, destacaram-se a “habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis” (5,1%), as “bebidas alcoólicas e tabaco” (4,6%), os “transportes” (3,8%), a “educação” (3,0%) e os “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (2,2%), por terem registado um crescimento acima da variação homóloga do IPC total.

No terceiro trimestre de 2010, os consumidores estavam mais confiantes do que no trimestre anterior, a avaliar pela melhoria do indicador de confiança dos consumidores<sup>4</sup> do Instituto Nacional de Estatística (INE). Este indicador veio mesmo a registar no mês de Setembro de 2010 o menor valor negativo dos últimos meses. A confiança dos empresários relativamente à actividade económica também aumentou no terceiro trimestre de 2010, segundo os valores do indicador de clima económico<sup>5</sup> do INE. O indicador de clima económico assumiu nos meses de Junho a Setembro de 2010 valores positivos, o que não ocorria desde Setembro de 2008. As percepções dos empresários têm evidenciado uma recuperação da sua confiança na economia desde o final de 2009.

No terceiro trimestre de 2010, a taxa de câmbio<sup>6</sup> do euro face ao dólar (USD/Euro) registou uma variação homóloga negativa de 9,8%. O euro registou assim uma nova desvalorização face ao trimestre homólogo, o que implicou que as exportações portuguesas se tenham tornado mais competitivas no mercado internacional fora da União Europeia (UE), uma vez que igual quantidade de bens exportados pela UE era agora mais barata, em termos da unidade monetária dólar. Contudo, analisando o comportamento face ao trimestre anterior, o euro registou um aumento face ao dólar, podendo assim potenciar uma redução da competitividade das exportações portuguesas para fora da UE entre estes dois últimos trimestres.

<sup>1</sup> Dados adaptados em cada boletim à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais.

<sup>2</sup> Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste;

Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

<sup>3</sup> O ano de 1995 marca o início da nova série das Contas Nacionais Trimestrais que tem como ano base de referência 2006.

<sup>4</sup> O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

<sup>5</sup> O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

<sup>6</sup> A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

## MERCADO DE TRABALHO

Na Região Centro<sup>7</sup>, no terceiro trimestre de 2010, assistiu-se uma vez mais à diminuição da taxa de actividade. Simultaneamente, registou-se, em termos homólogos, uma redução no emprego (-0,5%) e um aumento do desemprego (1,8%). O número de desempregados na Região Centro atingiu os 99,2 mil indivíduos e a taxa de desemprego fixou-se em 7,4%, continuando a trajectória descendente iniciada no primeiro trimestre de 2010. A população inactiva, ao contrário dos trimestres anteriores, registou um aumento homólogo, embora ligeiro, tendo-se assistido, pela primeira vez, nos últimos anos, a um maior número de reformados do que de estudantes.

A taxa de actividade (15 e mais anos)<sup>8</sup> registada em Portugal, no terceiro trimestre de 2010, manteve a trajectória descendente iniciada no primeiro trimestre do ano, posicionando-se nos 61,8% (Quadro 2). Apesar desta evolução, o valor registado foi superior à taxa de actividade observada no terceiro trimestre de 2009. Na Região Centro, a taxa de actividade foi de 65,6%, o que correspondeu a uma diminuição de 0,1 pontos percentuais (p.p.), face ao trimestre homólogo. Ainda assim, a taxa de actividade regional continuou a evidenciar um valor superior à média do país. Como tem sido habitual na Região Centro, a taxa de actividade masculina (70,2%) superou a taxa feminina (61,3%), no terceiro trimestre de 2010. Contudo, desde o segundo trimestre de 2008, tem-se assistido a aproximações sucessivas entre estas taxas, tendo o seu diferencial atingido o valor mais baixo no primeiro trimestre de 2010 e estabilizado nos dois trimestres seguintes.

A população activa<sup>9</sup> da Região Centro que, no terceiro trimestre de 2010, rondava os 1.345 milhares de indivíduos, registou uma redução de 0,3% face a idêntico período do ano anterior. Esta diminuição foi exclusivamente consequência do decréscimo no número de empregados (-0,5%) pois, no caso da população desempregada, verificou-se um crescimento homólogo de 1,8%. Saliente-se, no entanto, que esta variação foi significativamente mais baixa do que os acréscimos observados nos últimos trimestres.

Por seu lado, a população inactiva<sup>10</sup> da Região Centro, no terceiro trimestre de 2010, apresentou um crescimento homólogo muito ligeiro (0,1%). Do total de inactivos, apenas os estudantes registaram um decréscimo, face a igual período do ano anterior, fazendo com que, pela primeira vez nos últimos anos, fossem ultrapassados em número pelos reformados.

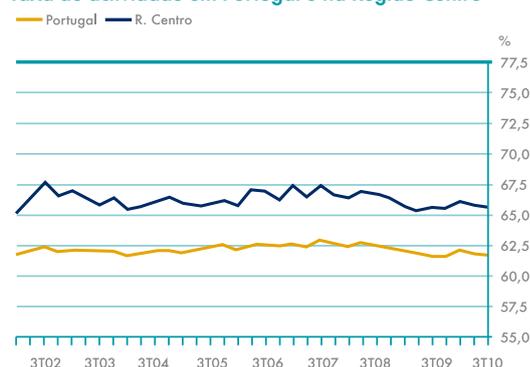
<sup>7</sup> A análise efectuada à Região Centro refere-se sempre a 100 municípios, pois é para esta NUTS II que são construídos e disponibilizados os dados do INE e da maior parte das outras fontes estatísticas utilizadas neste Boletim.

<sup>8</sup> A taxa de actividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, "permite definir a relação entre população activa e a população em idade activa (com 15 e mais anos de idade)".

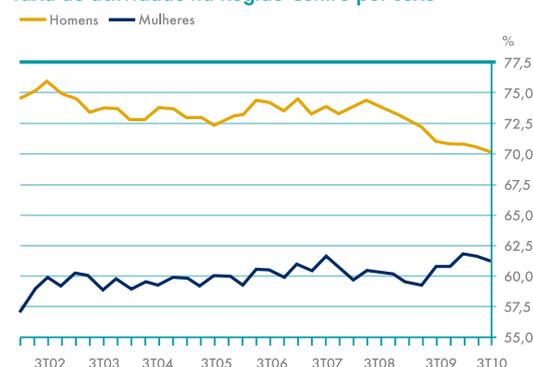
<sup>9</sup> Segundo o INE, toma-se como população activa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

<sup>10</sup> A população inactiva é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

Taxa de actividade em Portugal e na Região Centro



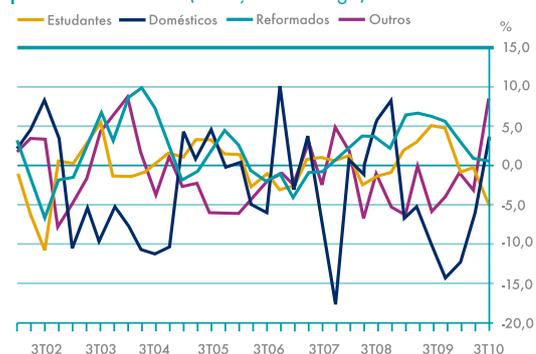
Taxa de actividade na Região Centro por sexo



População activa e população empregada na Região Centro (variação homóloga)



População inactiva na Região Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)



Quadro 2 - Actividade

		3T10	2T10	1T10	4T09	3T09	2009	2008
		Média trimestral						
Taxa de actividade (15 e mais anos)								
Portugal	%	61,8	61,9	62,1	61,8	61,7	61,9	62,5
Região Centro	%	65,6	65,9	66,1	65,6	65,7	65,6	66,7
	v.h. (p.p.)	-0,1	0,5	0,3	-0,8	-1,1	-1,6	-0,3
Homens	%	70,2	70,5	70,7	70,8	71,0	71,6	73,8
Mulheres	%	61,3	61,6	61,8	60,7	60,8	60,1	60,1
População activa - Região Centro	milhares	1.345,5	1.350,8	1.355,3	1.347,1	1.349,6	1.347,8	1.367,2
	v.h. (%)	-0,3	0,6	0,3	-1,2	-1,4	-1,4	-0,3
Empregados	milhares	1.246,3	1.246,8	1.248,1	1.249,2	1.252,1	1.255,1	1.292,7
	v.h. (%)	-0,5	-0,9	-1,0	-2,8	-3,0	-2,9	-0,1
Desempregados	milhares	99,2	104,0	107,2	97,9	97,4	92,7	74,5
	v.h. (%)	1,8	22,1	18,8	25,0	24,2	24,4	-2,7
População inactiva - Região Centro	milhares	1.034,1	1.028,4	1.024,4	1.036,2	1.033,5	1.035,2	1.017,1
	v.h. (%)	0,1	-1,1	-0,7	1,5	1,8	1,8	0,4
Estudantes	milhares	364,9	378,1	384,8	391,8	384,9	386,0	372,0
	v.h. (%)	-5,2	-0,4	-0,7	4,8	5,0	3,8	-0,9
Domésticos	milhares	101,9	97,9	95,5	92,7	98,4	101,3	111,3
	v.h. (%)	3,6	-6,2	-12,8	-14,5	-10,0	-9,0	3,2
Reformados	milhares	370,9	371,1	369,0	373,1	368,9	367,0	345,3
	v.h. (%)	0,5	0,8	3,1	5,6	6,3	6,3	3,0
Outros	milhares	196,5	181,3	175,0	178,6	181,4	181,0	188,4
	v.h. (%)	8,3	-3,2	-1,0	-3,9	-5,7	-3,9	-3,0

A taxa de emprego<sup>11</sup>, em Portugal continuou a trajectória descendente iniciada no segundo trimestre de 2008, fixando-se nos 55,0% no terceiro trimestre de 2010 (Quadro 3). Na Região Centro continuou a observar-se um ligeiro recuo homólogo do indicador referido, fazendo com que os empregados passassem a representar 60,7% da população residente em idade activa (ou seja com 15 ou mais anos). Esta variação negativa afectou ambos os sexos, sendo mais significativa no caso das mulheres. Contrariamente, face ao trimestre anterior, verificou-se um comportamento díspar nos dois sexos: enquanto a taxa de emprego masculina aumentou, a feminina observou uma contracção. Em relação à taxa de emprego observada nos dois escalões etários extremos (15 aos 24 anos e 65 anos ou mais), foi igualmente visível uma redução nas respectivas taxas de emprego, tanto face ao trimestre anterior como face ao trimestre homólogo, tendo, inclusive, o escalão dos 65 e mais anos registado a taxa de emprego mais baixa desta série iniciada no primeiro trimestre de 1998.

No terceiro trimestre de 2010, a população empregada na Região Centro manteve a trajectória descendente que tinha vindo a evidenciar nos trimestres anteriores. Não obstante, a variação homóloga registada foi a menos negativa (-0,5%) desde o início de 2009. Esta redução do emprego afectou homens e mulheres, embora tenha sido a população feminina a que mais contribuiu para o decréscimo observado. Já no que respeita à repartição da população empregada por idades verificou-se que foram os empregados com 45 e mais anos, que diminuíram 1,4%, quem mais contribuiu para a redução homóloga do emprego. Isto apesar dos indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos terem sido os mais afectados com a redução do emprego face ao terceiro trimestre do ano anterior (-7,2%). Esta situação deve-se ao facto dos empregados com 45 ou mais anos serem em maior número (cerca de oito vezes mais que os empregados com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos). No que se refere ao sector de actividade destacam-se as “actividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas” por apresentarem o maior crescimento homólogo no terceiro trimestre de 2010, o qual atingiu 31,1%, denotando uma clara recuperação face às variações negativas dos trimestres anteriores.

A redução no emprego regional, face a igual período do ano anterior, verificada no terceiro trimestre de 2010, foi motivada pela diminuição dos trabalhadores por conta própria (-6,2%), que têm registado variações homólogas negativas desde o segundo trimestre de 2008. O grupo mais afectado foi o dos trabalhadores por conta própria isolados, ou seja, os que habitualmente não contratam pessoas para trabalharem com eles (-7,2%). Também os trabalhadores empregadores registaram uma redução face ao terceiro trimestre de 2009, que foi menos significativa que no período anterior. Inversamente, a população empregada por conta de outrem apresentou um crescimento homólogo idêntico ao do trimestre anterior, o qual estabilizou nos 2,1%. Os trabalhadores com contrato a termo foram os indutores do crescimento verificado na medida em que viram o seu número aumentar 10,6% face a igual período do ano anterior.

<sup>11</sup> A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade.

No que respeita ao regime de duração do trabalho dos trabalhadores por conta de outrem, observou-se uma dualidade, no terceiro trimestre de 2010: enquanto os trabalhadores por conta de outrem a tempo completo registaram um acréscimo homólogo de 2,4%, os que trabalham a tempo parcial sentiram uma diminuição de 2,9%. Relativamente às habilitações literárias, manteve-se a redução homóloga no emprego de trabalhadores sem qualquer grau de escolaridade, que foi mais ligeira que nos trimestres anteriores. Os trabalhadores com ensino superior viram também o seu efectivo diminuir face a igual período de 2009, invertendo desta forma a tendência positiva que vinham a apresentar. Por outro lado, os trabalhadores detentores do ensino básico ou do ensino secundário e pós-secundário registaram um crescimento homólogo de 1,0% e 8,9%, respectivamente. Refira-se adicionalmente que, desde o final de 2008, não se observava um aumento homólogo dos trabalhadores por conta de outrem com ensino básico.

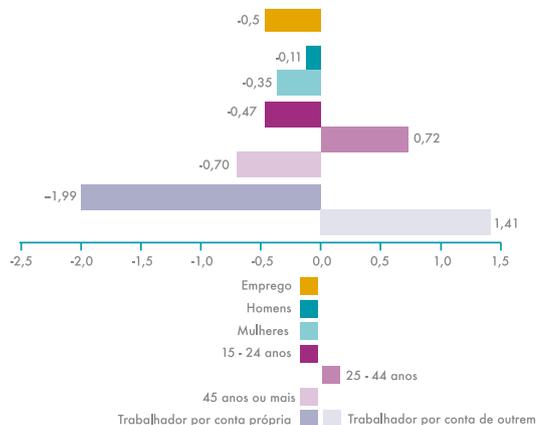
<sup>12</sup> “A contribuição de uma dada componente para a variação homóloga de um determinado agregado populacional no trimestre t é calculada como a variação homóloga (absoluta) dessa componente em relação ao nível inicial (do trimestre homólogo) do agregado em causa. Por exemplo, sendo A a população activa, E a população empregada e D a população desempregada, os contributos (em %) da variação homóloga da população empregada e da população desempregada para a variação homóloga da população activa são, respectivamente, dados por  $[(E_t - E_{t-4})/A_{t-4}] * 100$  e  $[(D_t - D_{t-4})/A_{t-4}] * 100$ , em que t é o trimestre. A soma dos contributos das várias componentes de um agregado iguala a taxa de variação homóloga desse agregado. Neste exemplo, a soma dos contributos das duas componentes, emprego e desemprego, iguala a taxa de variação homóloga da população activa”.

<sup>13</sup> Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em “Trabalhadores por conta de outrem”, “Trabalhadores por conta própria”, “Trabalhadores familiares não remunerados” e “Outra situação”.

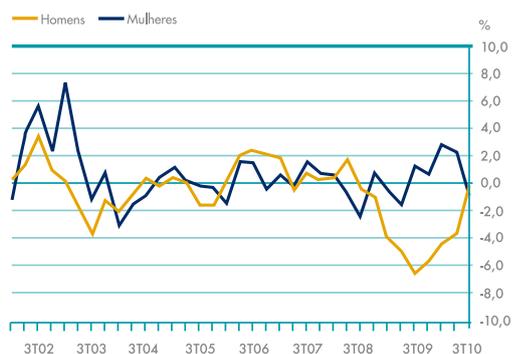
Taxa de emprego em Portugal e na Região Centro



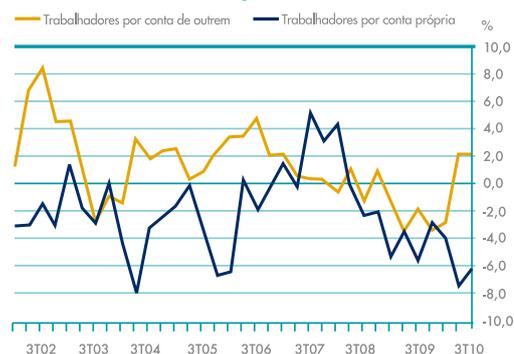
Contributos<sup>12</sup> para a taxa de variação homóloga do emprego na Região Centro (%)



População empregada na Região Centro por sexo (variação homóloga)



População empregada na Região Centro por situação na profissão<sup>13</sup> (variação homóloga)



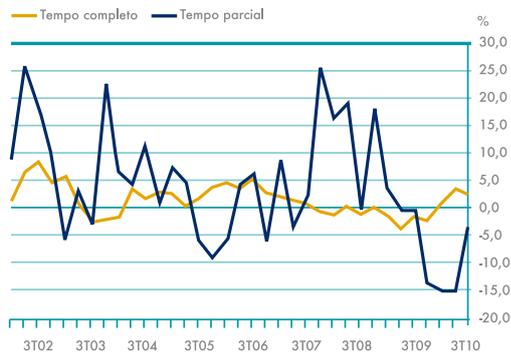
População empregada por conta própria na Região Centro (variação homóloga)



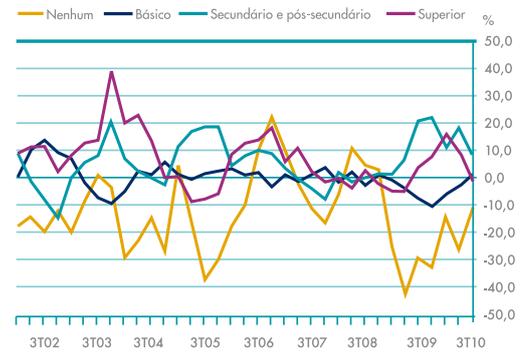
População empregada por conta de outrem na Região Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem na Região Centro por regime de duração de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem na Região Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)



Quadro 3 - Emprego

3T10 2T10 1T10 4T09 3T09 2009 2008

Média trimestral

		3T10	2T10	1T10	4T09	3T09	2009	2008
Taxa de emprego (15 e mais anos)								
Portugal	%	55,0	55,4	55,6	55,6	55,6	56,0	57,8
Região Centro	%	60,7	60,8	60,9	60,8	61,0	61,2	63,0
	v.h. (p.p.)	-0,3	-0,5	-0,6	-1,8	-1,9	-1,9	-0,3
Homens	%	65,9	65,4	65,4	65,4	66,0	66,9	70,8
Mulheres	%	56,0	56,6	56,7	56,5	56,3	55,8	55,9
15 - 24 anos	%	29,8	30,5	30,5	29,0	31,3	32,1	36,3
65 anos ou mais	%	29,9	30,7	32,0	33,0	33,4	33,1	34,5
População empregada - Região Centro	milhares	1.246,3	1.246,8	1.248,1	1.249,1	1.252,1	1.255,0	1.292,7
	v.h. (%)	-0,5	-0,9	-1,0	-2,8	-3,0	-2,9	-0,1
Homens	v.h. (%)	-0,2	-3,7	-4,4	-5,8	-6,6	-5,3	0,2
Mulheres	v.h. (%)	-0,7	2,3	2,8	0,6	1,2	-0,1	-0,5
15 - 24 anos	v.h. (%)	-7,2	-10,0	-15,8	-26,9	-17,4	-14,1	-1,8
25 - 44 anos	v.h. (%)	1,6	0,9	-0,4	-0,7	-3,0	-2,9	-0,4
45 anos ou mais	v.h. (%)	-1,4	-1,2	0,6	-0,7	-0,7	-1,1	0,4
Agricultura, floresta, caça, pesca e produção animal	v.h. (%)	-6,7	-4,7	-2,6	0,8	-5,0	-3,5	-2,3
Indústria, incluindo energia, gás e água	v.h. (%)	1,8	-5,7	-8,1	-9,1	-9,5	-5,9	4,3
Construção	v.h. (%)	-0,6	-6,3	-4,3	-1,6	-5,0	-6,1	-14,4
Comércio e reparações; alojamento e restauração; transportes e comunicações	v.h. (%)	4,7	-0,3	2,5	-9,4	-6,1	-6,0	6,6
Actividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas	v.h. (%)	31,1	-2,5	-17,0	-16,0	-12,2	-3,3	-3,7
Outras actividades de serviços	v.h. (%)	-6,5	9,3	8,4	8,9	11,4	5,5	0,4
Trabalhadores por conta de outrem	milhares	859,1	855,8	841,0	835,6	841,5	839,9	862,5
	v.h. (%)	2,1	2,1	-0,4	-3,4	-1,9	-2,6	-0,1
Contratos sem termo	v.h. (%)	-0,4	0,1	-3,5	-4,2	-0,7	-1,5	-1,7
Contratos com termo	v.h. (%)	10,6	13,4	14,4	0,9	-3,6	-4,4	8,1
Tempo completo	v.h. (%)	2,4	3,4	0,7	-2,6	-1,9	-2,6	-0,9
Tempo parcial	v.h. (%)	-2,9	-15,0	-15,2	-13,9	-0,4	-3,1	13,3
Nenhum grau de escolaridade	v.h. (%)	-11,0	-27,2	-14,0	-33,1	-30,2	-33,4	2,8
Básico	v.h. (%)	1,0	-2,9	-6,1	-10,4	-7,4	-5,7	0,0
Secundário e pós-secundário	v.h. (%)	8,9	18,3	11,2	21,9	21,0	12,5	0,4
Superior	v.h. (%)	-0,7	8,5	15,0	7,5	3,3	0,0	-1,1
Trabalhadores por conta própria	milhares	373,5	377,4	392,6	399,2	398,4	402,3	421,0
	v.h. (%)	-6,2	-7,6	-2,7	-2,9	-5,7	-4,4	-0,1
Isolados	v.h. (%)	-7,2	-8,2	-4,6	-2,9	-6,2	-4,5	0,3
Empregadores	v.h. (%)	-0,7	-3,7	9,5	-2,7	-2,6	-3,8	-3,0

No terceiro trimestre de 2010, o número de desempregados na Região Centro ascendeu a 99,2 mil indivíduos, consubstanciando-se numa taxa de desemprego<sup>14</sup> de 7,4% (Quadro 4). Em Portugal, a taxa de desemprego foi superior à da região e a mais alta dos últimos tempos (10,9%), tendo evidenciado um crescimento de 0,9 p.p. num ano. Na Região Centro, o indicador apresentou uma evolução inversa da nacional uma vez que, desde o primeiro trimestre de 2010 (altura em

<sup>14</sup> A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população activa.

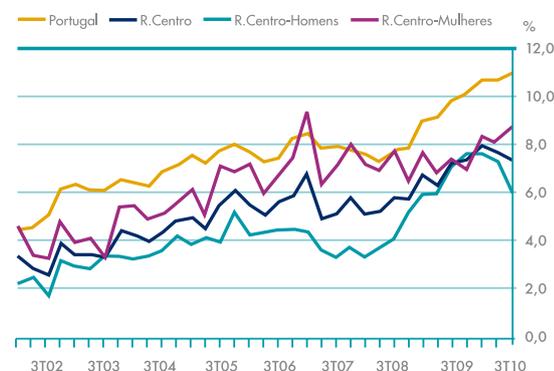
que se atingiu o valor máximo dos últimos oito anos), se tem observado uma tendência descendente. Consequentemente, face a igual período do ano anterior, a taxa de desemprego regional aumentou apenas 0,2 p.p.. A população feminina foi a mais afectada com o desemprego regional, tendo registado, no terceiro trimestre de 2010, uma taxa de desemprego de 8,7%, superior à observada para os períodos precedente e homólogo. Inversamente, a taxa de desemprego masculina alcançou o valor mais baixo do último ano (6,1%). Relativamente à taxa de desemprego segundo os escalões etários observou-se que, tal como nos trimestres anteriores, os mais jovens foram os mais afectados e o único grupo em que a taxa aumentou face ao trimestre anterior.

A taxa de desemprego da Região Centro, no terceiro trimestre de 2010, reflecte o comportamento da população desempregada, a qual apresentou um decréscimo face ao trimestre anterior mas um aumento em relação ao período homólogo (1,8%). Este acréscimo homólogo foi significativamente inferior ao crescimento observado nos trimestres anteriores. O aumento de desempregados, face ao terceiro trimestre de 2009, foi consequência do acréscimo do número de mulheres desempregadas (17,6%). Contrariamente, a população masculina assistiu, pela primeira vez desde o segundo trimestre de 2008, a uma redução homóloga do número de desempregados (-13,6%). No terceiro trimestre de 2010, os desempregados com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos foram os únicos que diminuiram, em termos homólogos, no último ano (-9,6%).

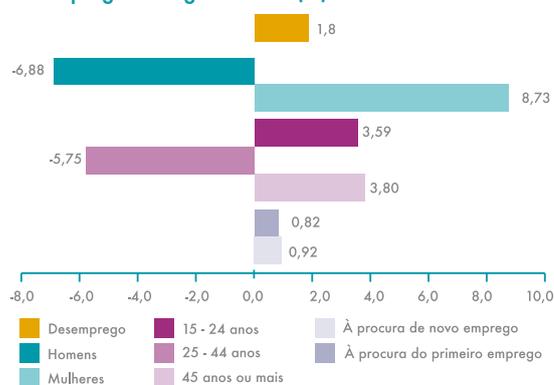
No que respeita ao número de desempregados segundo o tipo de desemprego, no terceiro trimestre de 2010, verificou-se um aumento, face a igual período do ano anterior, tanto dos desempregados à procura do primeiro emprego (7,8%) como dos desempregados à procura de novo emprego (1,0%). Saliente-se que o aumento do desemprego neste último grupo foi consideravelmente inferior às variações homólogas ocorridas nos trimestres precedentes. Relativamente à duração da situação de desemprego<sup>15</sup>, constatou-se um decréscimo, face ao terceiro trimestre de 2009, dos desempregados que se encontravam nessa situação há menos de um ano, o qual, tem sido sucessivamente mais pronunciado desde o início de 2010. Em situação oposta encontravam-se os desempregados há 12 meses ou mais, com crescimentos homólogos bastante expressivos nos últimos trimestres.

<sup>15</sup> De acordo com o INE, os indivíduos que deixaram de procurar emprego em virtude de terem encontrado emprego e contaram iniciar funções nos três meses subsequentes à data de realização do inquérito ao emprego, incluem-se no efectivo de desempregados mas, no entanto, não são considerados em termos de desagregação dos desempregados segundo a duração da procura de emprego.

Taxa de desemprego em Portugal e na Região Centro (por sexo)



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego na Região Centro (%)



Quadro 4 – Desemprego

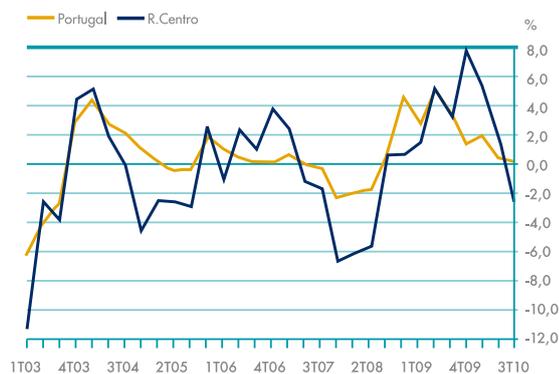
		3T10	2T10	1T10	4T09	3T09	2009	2008	
Taxa de desemprego									
Portugal	%	10,9	10,6	10,6	10,1	9,8	9,5	7,6	
Região Centro	%	7,4	7,7	7,9	7,3	7,2	6,9	5,4	
	v.h. (p.p.)	0,2	1,4	1,2	1,6	1,5	1,5	-0,2	
Homens	%	6,1	7,3	7,6	7,6	7,0	6,6	4,0	
Mulheres	%	8,7	8,1	8,3	6,9	7,4	7,2	7,1	
15 - 24 anos	%	19,9	14,9	17,1	21,2	15,7	16,1	12,1	
25 - 44 anos	%	8,5	9,5	10,0	8,0	9,4	8,5	6,5	
45 anos ou mais	%	4,4	4,9	4,4	4,4	3,8	3,8	3,3	
População desempregada - R. Centro		milhares	99,2	104,0	107,2	97,9	97,4	92,7	74,5
Homens	v.h. (%)	1,8	22,1	18,8	25,0	24,2	24,4	-2,7	
Mulheres	v.h. (%)	-13,6	21,3	25,3	45,4	69,7	59,9	8,2	
15 - 24 anos	v.h. (%)	23,0	6,3	2,5	74,1	27,7	19,4	-14,1	
25 - 44 anos	v.h. (%)	-9,6	18,8	22,6	5,7	29,1	30,0	0,2	
45 anos ou mais	v.h. (%)	15,6	39,3	21,6	42,3	12,3	16,7	0,0	
À procura do primeiro emprego	v.h. (%)	7,8	-17,9	13,5	20,4	-14,9	-9,1	2,7	
À procura de novo emprego	v.h. (%)	1,0	27,4	19,5	25,7	31,4	30,5	-3,8	
Há menos de 12 meses	v.h. (%)	-25,8	-13,5	-6,9	31,3	34,1	28,3	-5,6	
Há 12 meses ou mais	v.h. (%)	36,8	58,9	56,3	16,3	18,4	21,2	0,9	

O salário médio líquido mensal dos trabalhadores portugueses por conta de outrem registado, no terceiro trimestre de 2010, manteve o mesmo valor do segundo trimestre (777€) o que, em termos reais, se expressou num crescimento homólogo pouco significativo e mais baixo do que o registado no trimestre precedente (Quadro 5). Em oposição, o salário médio líquido mensal real dos trabalhadores da Região Centro evidenciou uma diminuição tanto em relação ao trimestre anterior como a igual período do ano anterior (-2,7%). Esta variação homóloga negativa do salário médio líquido mensal real foi observada pela primeira vez desde meados de 2008, o que vem realçar a tendência descendente iniciada no quarto trimestre de 2009.

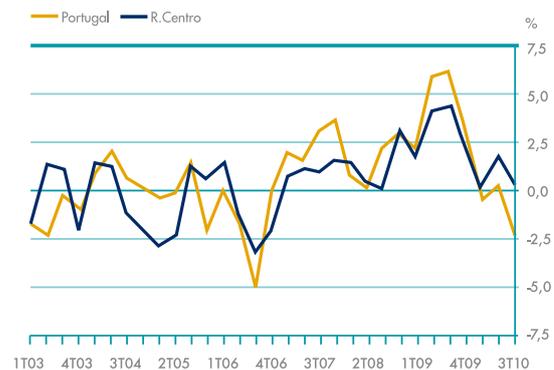
<sup>16</sup> O Índice de Custo do Trabalho definido pelo INE corresponde ao custo médio da mão-de-obra, na óptica do empregador, dado por hora efectivamente trabalhada. Abarca o custo das remunerações directas e principais benefícios (salários, prémios, bónus, etc.) e outros encargos suportados pela entidade patronal.

De igual forma, e na perspectiva do empregador, os custos da mão-de-obra, medidos através do Índice de Custo do Trabalho<sup>16</sup>, em termos reais, apresentaram um comportamento diferenciado em Portugal e na Região Centro, no terceiro trimestre de 2010. De facto, enquanto que a nível nacional a entidade empregadora observou uma redução homóloga dos custos médios laborais (-2,3%), na Região Centro a variação foi positiva (0,4%), embora menos acentuada do que no trimestre anterior.

**Salário médio líquido mensal em Portugal e na Região Centro**  
(variação homóloga real)



**Índice de Custo do Trabalho em Portugal e na Região Centro**  
(variação homóloga real)



Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		3T10	2T10	1T10	4T09	3T09	2009	2008
<b>Salário médio líquido mensal</b> (trabalhadores por conta de outrem)								
<b>Portugal</b>	€	777	777	773	770	761	764	746
	v.h. real (%)	0,2	0,4	1,8	1,4	3,4	3,2	0,3
<b>Região Centro</b>	€	677	686	694	698	683	677	653
	v.h. real (%)	-2,7	1,5	5,3	7,8	3,3	4,5	-2,7
<b>Índice de Custo do Trabalho</b>								
<b>Portugal</b>	v.h. real (%)	-2,3	0,2	-0,4	3,7	6,4	4,6	1,6
<b>Região Centro</b>	v.h. real (%)	0,4	1,8	0,1	2,1	4,4	3,3	1,3

## DESEMPREGO REGISTRADO

A informação sobre o desemprego registado, no terceiro trimestre de 2010, aponta no sentido de uma melhoria face ao trimestre anterior, tendo-se observado um novo recuo no número de indivíduos inscritos nos centros de emprego para 101,4 milhares. Consequentemente, a taxa de desemprego registado diminuiu para 6,5%. Ainda assim, o total de desempregados inscritos superou o observado em igual período do ano anterior, apesar do número de novos desempregados ter diminuído.

Na Região Centro, de acordo com informação divulgada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o terceiro trimestre de 2010 foi marcado por uma redução, face ao trimestre anterior, no número de desempregados, que atingiu o valor de 101,4 mil indivíduos. A taxa de desemprego registado<sup>17</sup> foi assim de 6,5%, inferior à do segundo trimestre de 2010 (Quadro 6). O crescimento registado no número de colocações do IEFP, do segundo para o terceiro trimestres de 2010, contribuiu para a redução do desemprego na medida em que, simultaneamente, se assistiu a um aumento no número de novos desempregados.

O desemprego registado no terceiro trimestre de 2010 evidenciou, em termos homólogos, um aumento de 8,1%, apesar da contração do número de novos desempregados e do crescimento nas colocações do IEFP. Este acréscimo do número de desempregados inscritos conduziu a um aumento homólogo na taxa de desemprego registado de 0,5 p.p.. A esta situação não deverá ser alheio o abrandamento no ritmo das colocações do IEFP que, apesar de terem aumentado no terceiro trimestre de 2010, registaram um crescimento homólogo inferior aos dois trimestres precedentes em cerca de 20 p.p..

Quadro 6 – Desemprego Registado		3T10	2T10	1T10	4T09	3T09	2009	2008
<b>Dados do IEFP – Região Centro</b>								
Desemprego registado*	milhares	101,4	104,8	106,8	98,0	93,8	94,8	77,5
	v.h. (%)	8,1	10,5	15,1	21,0	21,7	22,3	0,0
Taxa de desemprego registado	%	6,5	6,7	6,8	6,3	6,0	6,1	5,0
Novos desempregados	milhares	37,6	31,0	40,0	36,1	40,1	37,7	34,1
	v.h. (%)	- 6,4	- 6,4	- 3,1	- 4,7	9,0	10,4	15,7
Colocações do IEFP	milhares	7,8	6,9	5,5	5,6	7,1	5,6	6,1
	v.h. (%)	9,5	29,4	29,3	- 4,7	0,7	- 8,3	5,9

\* valores médios trimestrais

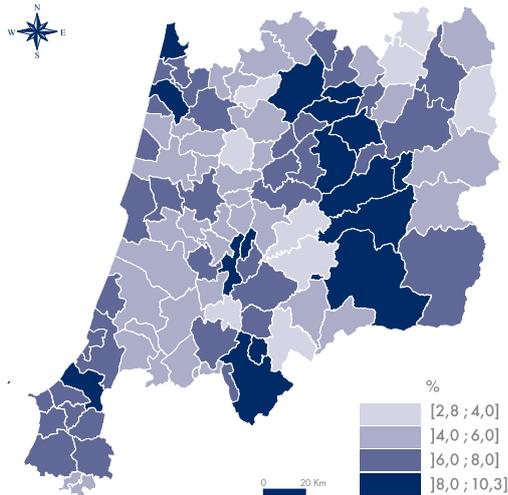
Analisando a taxa de desemprego registado, relativa ao terceiro trimestre de 2010, com um maior nível de desagregação territorial, verifica-se não ter havido alterações significativas no posicionamento relativo das sub-regiões face ao trimestre anterior. Desta forma, mantiveram-se com os valores da taxa de desemprego registado mais elevados a Cova da Beira (9,4%), a Serra da Estrela (8,9%) e a Beira Interior Sul (8,1%) e com os mais baixos o Pinhal Interior Sul (4,9%), o Pinhal Litoral (5,2%) e o Médio Tejo (5,8%), tendo, no entanto, todas as sub-regiões apresentado valores superiores aos do trimestre homólogo. De destacar a NUTS III Oeste onde a taxa de desemprego registado evidenciou o crescimento homólogo mais significativo, passando de 5,3% no terceiro trimestre de 2009 para 6,6% no terceiro trimestre de 2010.

<sup>17</sup> A taxa de desemprego registado foi construída tendo em conta o rácio entre o desemprego registado (dados do IEFP) e a população média no grupo etário dos 15 – 64 anos, por município ou região, no ano de 2009 (dados do INE). Devido à sua fórmula de cálculo, a taxa de desemprego registado não deve, por isso, ser comparada com a taxa de desemprego divulgada pelo INE. No Inquérito ao Emprego realizado pelo INE, os valores referem-se à estimativa efectuada da população desempregada e da população activa. No caso da taxa de desemprego registado, contabilizam-se os indivíduos que se registaram como desempregados no IEFP face ao total da população residente com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, independentemente de serem considerados ou não população activa.

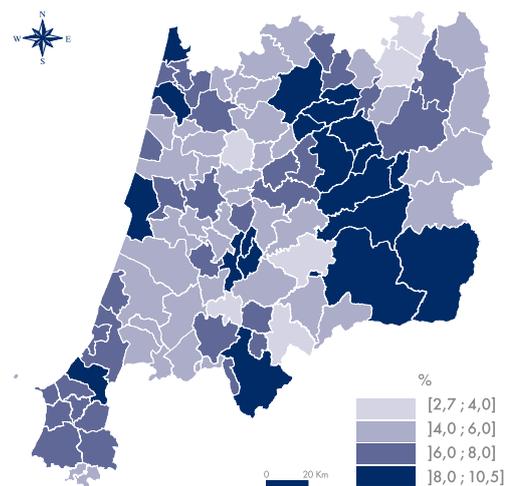
Ao nível municipal constata-se que os municípios da Covilhã e Ovar apresentaram os valores mais elevados para a taxa de desemprego registado tanto no terceiro trimestre de 2010 (10,3% e 9,4%, respectivamente), como nos trimestres precedente e homólogo (com valores próximos dos acima mencionados). No extremo oposto, com as menores taxas de desemprego registado no terceiro trimestre de 2010 encontravam-se Oleiros (2,8%), que no trimestre anterior apresentou, igualmente, o valor mais baixo para o indicador em causa, e Mação (3,0%) que figurava, da mesma forma, entre os três municípios melhor posicionados em termos da taxa de desemprego registado no segundo trimestre de 2010. Refira-se adicionalmente que Mação foi o município que, face ao trimestre homólogo, registou a maior recuperação na taxa de desemprego registado, tendo-se verificado uma diminuição de 0,9 p.p., neste indicador.

As melhorias no desemprego registado na Região Centro, no terceiro trimestre de 2010, estiveram igualmente evidentes ao nível concelhio uma vez que o número de municípios que evidenciaram uma redução homóloga da taxa de desemprego registado duplicou face ao trimestre anterior, passando de 10 para 20 municípios. Os decréscimos mais importantes ocorreram em Mação, como anteriormente referido, em Nelas (0,6 p.p) e em Vouzela e Estarreja, com variações próximas de 0,5 p.p.. Ainda assim, 80% dos municípios viram a sua taxa de desemprego registado degradar-se face ao terceiro trimestre de 2009.

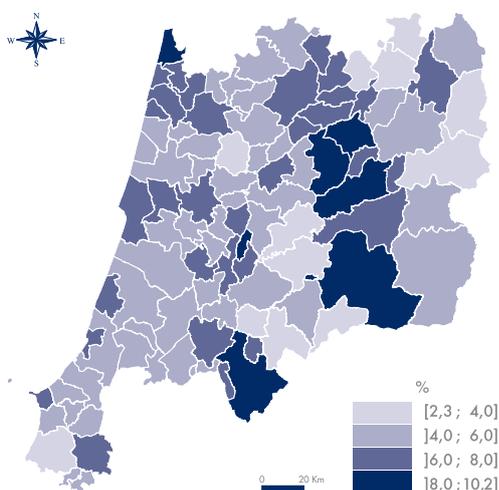
Taxa de desemprego registado no terceiro trimestre de 2010



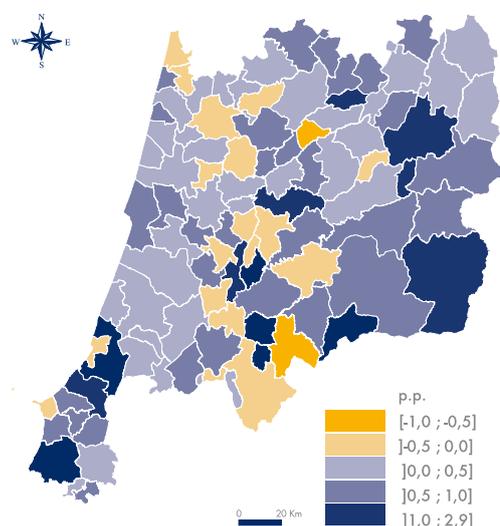
Taxa de desemprego registado no segundo trimestre de 2010



Taxa de desemprego registado no terceiro trimestre de 2009



Varição homóloga da taxa de desemprego registado no terceiro trimestre de 2010



## EMPRESAS

O terceiro trimestre de 2010 caracterizou-se por uma contracção no sector empresarial, tanto no País como na Região Centro, traduzindo-se num decréscimo no número de empresas constituídas, numa redução real dos empréstimos concedidos pelas instituições bancárias a sociedades não financeiras e no aumento do crédito vencido em percentagem do crédito concedido. Adicionalmente, constatou-se um crescimento homólogo do número de acções de insolvência de empresas da região e do país.

A constituição de novas empresas em Portugal e na Região Centro sofreu uma redução no terceiro trimestre de 2010, face ao trimestre anterior e face ao trimestre homólogo (Quadro 7). A contracção face a igual período do ano anterior foi mais sentida a nível regional do que nacional (-7,1% na Região Centro contra -6,0% em Portugal). Contudo, face ao trimestre anterior, foi no país que se observou o decréscimo mais significativo.

As sociedades não financeiras sedeadas em Portugal sentiram, no terceiro trimestre de 2010, uma redução homóloga real nos empréstimos obtidos de instituições bancárias (-1,5%), mais intensa do que a verificada no trimestre anterior. Também a nível regional foi registada uma quebra real, face a igual período do ano anterior (-2,7%), a qual sucedeu pela primeira vez nos últimos anos e foi superior à nacional, podendo antecipar constrangimentos no tecido empresarial regional.

No terceiro trimestre de 2010, o peso do crédito vencido<sup>18</sup> no total do crédito concedido pelas instituições bancárias atingiu o valor mais elevado dos últimos sete anos, fixando-se em 5,0% em Portugal e em 5,6% na Região Centro.

O número de acções de insolvência<sup>19</sup> registadas no terceiro trimestre de 2010, em Portugal e na Região Centro, manteve-se superior às insolvências do período homólogo (39,7% e 32,5%, respectivamente), embora o seu crescimento tenha sido mais baixo que em trimestres anteriores.

<sup>18</sup> De acordo com o Banco de Portugal, o crédito vencido compreende as situações de créditos cujos prazos de amortização não foram respeitados pelo devedor, ou seja, créditos por regularizar no prazo máximo de 30 dias após o seu vencimento.

<sup>19</sup> A Coface - Serviços Portugal, S.A. disponibiliza as acções de insolvência publicadas em Diário da República de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência (DI), Declarada a Insolvência – Apresentada (DIA), Declarada a Insolvência – Requerida (DIR) e Em Plano de Insolvência (PI). O total de acções de insolvência inclui estas quatro classificações. As acções DI compreendem os casos de insuficiência da massa insolvente para respeitar as dívidas da empresa e as custas do processo em Tribunal bem como as situações de não existência de plano de insolvência. As acções DIA dizem respeito às que, tendo sido apresentadas pelos próprios, ainda se encontram em análise. As acções DIR também se encontram em avaliação, tendo sido apresentadas por terceiros. As acções PI correspondem às situações em que a empresa é considerada recuperável tanto pelo Administrador da Insolvência como pelos credores, tendo o plano de insolvência proposto por aquele sido aprovado em assembleia de credores.

**Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras**  
(variação homóloga real)



**Crédito vencido das sociedades não financeiras no total do crédito concedido**



Quadro 7 – Empresas

		3T10	2T10	1T10	4T09	3T09	2009	2008
		Média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	6.615	7.529	9.204	7.440	7.037	7.683	8.794
	v.h. (%)	-6,0	0,8	4,8	-7,3	-9,9	-12,6	n.d.
Região Centro	número	1.224	1.374	1.754	1.383	1.317	1.427	1.543
	v.h. (%)	-7,1	-1,7	9,0	0,1	-3,0	-7,5	n.d.
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras								
Portugal	milhões €	123.148	123.776	122.470	122.386	122.771	122.583	117.468
	v.h. real (%)	-1,5	-0,7	0,2	1,7	4,7	5,2	8,8
Região Centro	milhões €	18.815	19.150	18.940	18.960	18.983	18.844	17.810
	v.h. real (%)	-2,7	0,1	1,8	3,7	6,7	6,7	10,2
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	5,0	4,6	4,4	4,1	4,4	3,9	2,2
Região Centro	%	5,6	4,8	4,5	4,3	4,4	4,2	2,8
Acções de Insolvência								
Portugal	número	1.257	1.498	1.305	1.122	900	956	651
	v.h. (%)	39,7	64,1	46,8	50,4	38,9	46,9	n.d.
Região Centro	número	261	290	266	218	197	192	128
	v.h. (%)	32,5	50,3	66,3	54,6	68,4	50,0	n.d.

n.d. – não disponível

## COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

A actividade comercial com outros países, no terceiro trimestre de 2010, foi marcada por um abrandamento, sentido com maior intensidade na Região Centro do que em Portugal. O mercado intra-comunitário foi o mais afectado, tendo-se registado uma desaceleração no crescimento das saídas de bens e um decréscimo homólogo real nas entradas provenientes da União Europeia.

No terceiro trimestre de 2010, as saídas de bens dos agentes económicos sedeados em Portugal expressas nominalmente continuaram a apresentar um acréscimo face ao trimestre anterior, evidenciando, contudo, uma significativa desaceleração (Quadro 8). Em termos homólogos e reais<sup>20</sup>, também foi observada uma desaceleração do crescimento das saídas, que atingiu 8,7%. Já na Região Centro registou-se uma diminuição das saídas face ao trimestre anterior (o que não se verificava desde o segundo trimestre de 2009). Apesar disso, a região apresentou um acréscimo homólogo real de 10,5% que, embora menos expressivo que o do trimestre anterior, foi superior ao nacional. O mercado intra-comunitário foi o mais afectado pela redução das saídas regionais, tendo passado de um crescimento homólogo real de 26,2%, no segundo trimestre, para 6,4% no terceiro trimestre de 2010. As saídas da Região Centro para fora do espaço comunitário, mantiveram uma taxa de crescimento real bastante significativa face a igual período do ano anterior (25,2%).

<sup>20</sup> As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos.

<sup>21</sup> As secções da Nomenclatura Combinada consideradas foram escolhidas em função dos montantes transaccionados no início de 2008 e no final de 2009, no que toca quer a saídas quer a entradas.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens – Saídas*		3T10	2T10	1T10	4T09	3T09	2009	2008
		Média trimestral						
<b>Portugal</b>	milhões €	9.184,4	9.148,0	8.659,4	8.407,5	8.015,1	7.942,0	9.737,6
	v.h. real (%)	8,7	10,6	11,9	- 1,2	- 10,9	- 14,2	- 0,7
Intra-comunitárias	milhões €	6.772,8	6.897,6	6.559,0	6.331,0	5.912,3	5.990,9	7.251,8
	v.h. real (%)	8,7	9,1	11,0	3,4	- 9,2	- 13,1	- 4,1
Extra-comunitárias	milhões €	2.411,7	2.250,5	2.100,5	2.076,5	2.102,9	1.951,1	2.485,8
	v.h. real (%)	8,8	15,3	14,8	- 13,0	- 15,4	- 17,4	10,8
<b>Região Centro</b>	milhões €	1.677,3	1.897,5	1.743,5	1.556,0	1.439,8	1.445,4	1.913,6
	v.h. real (%)	10,5	27,6	22,8	- 8,8	- 15,0	- 20,6	- 1,0
Intra-comunitárias	milhões €	1.259,3	1.477,8	1.352,0	1.212,5	1.123,0	1.128,8	1.525,8
	v.h. real (%)	6,4	26,2	22,5	- 6,2	- 14,7	- 22,2	- 5,2
Extra-comunitárias	milhões €	418,0	419,6	391,5	343,5	316,8	316,6	387,8
	v.h. real (%)	25,2	32,8	23,8	- 17,0	- 16,1	- 14,1	19,4
<b>Totais (Intra + extra-comunitárias)</b>								
Produtos animais	v.h. real (%)	8,0	17,5	30,9	- 19,5	- 10,0	- 17,7	3,8
Produtos vegetais	v.h. real (%)	32,3	49,3	34,0	- 19,0	- 19,3	- 15,3	28,0
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v.h. real (%)	13,2	26,9	- 4,4	- 19,4	- 1,5	- 6,9	4,6
Indústrias químicas e conexas	v.h. real (%)	14,3	39,3	45,7	- 16,3	- 14,5	- 21,2	28,3
Plástico, borracha e suas obras	v.h. real (%)	19,1	71,3	65,7	32,4	12,9	- 5,3	- 4,0
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	v.h. real (%)	6,9	13,5	17,2	- 17,1	- 20,7	- 28,9	- 11,4
Pastas de madeira e papel	v.h. real (%)	22,2	28,3	10,9	13,7	3,5	5,6	1,6
Matérias têxteis e suas obras	v.h. real (%)	2,9	7,8	6,8	- 10,7	- 18,5	- 19,8	- 3,6
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v.h. real (%)	9,1	22,7	19,7	- 16,0	- 21,3	- 23,5	- 4,7
Metais comuns e suas obras	v.h. real (%)	6,1	39,3	40,2	0,0	- 23,8	- 25,6	3,5
Máquinas e aparelhos, material eléctrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v.h. real (%)	10,8	16,8	12,1	- 19,5	- 19,8	- 24,4	2,0
Material de transporte	v.h. real (%)	8,7	28,8	42,4	- 14,1	- 31,9	- 36,5	- 9,1

\* Os valores utilizados para 2007 e 2008 são dados revistos e os valores apresentados para 2009 e 2010 são dados preliminares.

Todas as saídas de bens que compõem as secções da Nomenclatura Combinada consideradas<sup>21</sup> registaram uma contenção no crescimento homólogo real verificado no terceiro trimestre de 2010. A secção que mais se destacou foi o “Plástico, borracha e suas obras” que tinha sido a que, nos dois trimestres anteriores, mais tinha crescido em termos homólogos reais (com crescimentos

acima de 65%) e que, no terceiro trimestre de 2010, se ficou pelos 19,1%. Também os “Metais comuns e suas obras” registaram uma desaceleração significativa no seu crescimento real, face a igual período do ano anterior, o qual atingiu 6,1%. No terceiro trimestre de 2010, o maior crescimento homólogo real foi observado nos produtos vegetais (32,3%).

Ao nível das entradas, no terceiro trimestre de 2010 foi observada uma redução, face ao trimestre anterior, nos valores de comércio externo apresentados pelas empresas com sede em Portugal e na Região Centro (Quadro 9). Contudo, enquanto a nível nacional foi registado um decréscimo homólogo real (-0,4%), na região verificou-se um crescimento real, em relação a igual período do ano anterior, de 1,0%. Face ao terceiro trimestre de 2009, foi ainda constatado um decréscimo real das entradas provenientes do mercado intra-comunitário, tendo este sido mais significativo na Região Centro (-7,7%) do que em Portugal (-5,5%). Inversamente, no mercado extra-comunitário observou-se um crescimento homólogo real bastante mais intenso na região (58,3%) do que a nível nacional (17,6%).

No terceiro trimestre de 2010, a maioria das secções da Nomenclatura Combinada consideradas registou uma diminuição do crescimento homólogo real ou um agravamento do decréscimo homólogo real das entradas, comparativamente com o segundo trimestre de 2010. Foram excepção os “Produtos vegetais” que no trimestre anterior tinham apresentado uma variação homóloga real negativa e, no terceiro trimestre de 2010 tiveram um acréscimo significativo (25,2%); as “Indústrias alimentares, bebidas e tabaco” cujo decréscimo homólogo real foi menos intenso (-12,5%) e o “Plástico, borracha e suas obras” onde se registou um acréscimo no incremento homólogo real verificado no segundo trimestre, o qual se fixou em 17,1%. A secção onde se verificou o maior crescimento real, face a igual período do ano anterior foi “Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria” (26,2%), por oposição à secção “Produtos animais” onde se registou o maior decréscimo (-23,4%).

Quadro 9 – Comércio Internacional de Bens – Entradas*		3T10	2T10	1T10	4T09	3T09	2009	2008
		Média trimestral						
<b>Portugal</b>	milhões €	13.557,2	14.707,5	13.272,7	13.692,0	13.033,5	12.842,0	16.048,5
	v.h. real (%)	- 0,4	11,5	7,3	- 1,8	- 8,8	- 11,5	2,4
<b>Intra-comunitárias</b>	milhões €	10.064,4	10.999,9	10.029,6	10.752,5	10.190,1	10.091,3	12.001,7
	v.h. real (%)	- 5,5	7,4	1,3	- 0,7	- 2,2	- 7,0	0,0
<b>Extra-comunitárias</b>	milhões €	3.492,7	3.707,6	3.243,2	2.939,5	2.843,5	2.750,6	4.046,7
	v.h. real (%)	17,6	25,6	31,1	- 5,5	- 26,5	- 24,8	10,2
<b>Região Centro</b>	milhões €	1.290,6	1.525,1	1.348,3	1.275,7	1.223,0	1.229,0	1.756,2
	v.h. real (%)	1,0	16,2	12,7	- 14,0	- 18,5	- 22,6	- 1,3
<b>Intra-comunitárias</b>	milhões €	1.024,5	1.232,3	1.132,0	1.108,7	1.062,1	1.050,7	1.463,2
	v.h. real (%)	- 7,7	12,1	12,1	- 11,3	- 15,7	- 20,5	- 0,5
<b>Extra-comunitárias</b>	milhões €	266,1	292,8	216,3	167,0	160,9	178,3	293,0
	v.h. real (%)	58,3	37,3	15,8	- 28,8	- 33,4	- 32,7	- 5,5
<b>Totais (Intra + extra-comunitárias)</b>								
Produtos animais	v.h. real (%)	- 23,4	23,0	12,1	- 1,4	18,4	- 12,5	- 9,8
Produtos vegetais	v.h. real (%)	25,2	- 5,4	4,3	- 33,5	- 21,6	- 20,0	12,0
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v.h. real (%)	- 12,5	- 17,7	0,3	10,2	0,1	12,5	18,8
Indústrias químicas e conexas	v.h. real (%)	13,6	57,9	26,7	- 8,8	3,5	- 12,9	8,3
Plástico, borracha e suas obras	v.h. real (%)	17,1	14,3	25,2	- 4,7	- 11,2	- 16,2	- 6,4
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	v.h. real (%)	26,2	60,1	21,9	- 5,6	- 1,1	- 12,3	- 8,6
Pastas de madeira e papel	v.h. real (%)	0,8	6,6	0,4	- 3,5	- 10,2	- 10,0	5,9
Matérias têxteis e suas obras	v.h. real (%)	0,1	1,6	5,5	- 8,1	- 8,2	- 14,3	- 3,1
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v.h. real (%)	9,8	15,8	13,7	- 22,1	- 23,4	- 27,9	- 1,1
Metais comuns e suas obras	v.h. real (%)	13,4	35,7	29,2	- 10,0	- 36,2	- 33,9	- 7,8
Máquinas e aparelhos, material eléctrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v.h. real (%)	- 8,2	- 3,6	- 10,9	- 33,9	- 36,1	- 32,9	7,4
Material de transporte	v.h. real (%)	3,1	27,2	38,4	0,1	- 21,4	- 26,0	- 6,6

\* Os valores utilizados para 2007 e 2008 são dados revistos e os valores apresentados para 2009 e 2010 são dados preliminares.

## TURISMO

O sector do turismo evidenciou uma melhoria no terceiro trimestre de 2010, a avaliar pelo crescimento homólogo registado em quatro dos cinco indicadores analisados. A recuperação foi sentida de forma mais intensa em Portugal do que na Região Centro, uma vez que o território nacional tinha apresentado, no trimestre anterior, alguns decréscimos homólogos contrariamente ao sucedido na região.

No terceiro trimestre de 2010, o número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros portugueses ascendeu a 1.568 mil indivíduos, o que representou um crescimento homólogo de 7,7% (Quadro 10). Na Região Centro foi igualmente observado um acréscimo de hóspedes, face a igual período do ano anterior, o qual foi sentido com mais intensidade do que em Portugal (9,0%).

Ao nível das dormidas foi também registada uma variação homóloga positiva em Portugal e na região, no terceiro trimestre de 2010. Contudo, este crescimento foi mais evidente e acentuado a nível nacional do que regional. Ainda assim, refira-se que na região o número de dormidas, no terceiro trimestre de 2010, foi o mais elevado dos últimos quatro anos.

Os valores de dormidas e hóspedes observados, no terceiro trimestre de 2010, conduziram a uma estada média de 3,1 noites em Portugal e 1,9 noites na Região Centro. Comparativamente com igual período do ano anterior, tal significou uma manutenção da permanência média de hóspedes no território nacional mas uma ligeira contracção ao nível da Região Centro. Em relação ao trimestre anterior observou-se um aumento da estada média, o que poderá estar relacionado com o facto de o terceiro trimestre contemplar os meses em que, maioritariamente, os portugueses gozam o período de férias mais prolongado.

As melhorias na actividade turística, no terceiro trimestre de 2010, foram também observadas ao nível dos proveitos, quer totais quer de aposento. Em Portugal, os proveitos totais registados, no terceiro trimestre de 2010, ascenderam a 239.722 milhares de euros, dos quais 171.344 milhares de euros diziam respeito aos proveitos de aposento. Estes valores traduziram-se num acréscimo homólogo real dos proveitos totais (6,0%) e de aposento (6,3%), o que contrastou com a variação homóloga negativa registada no trimestre anterior. A Região Centro também evidenciou crescimentos reais, face ao terceiro trimestre de 2009, nos proveitos totais e de aposento. Estes, menos significativos que os nacionais, atingiram 3,4% e 4,2%, respectivamente, tendo, no entanto, superado as variações homólogas do trimestre anterior.

**Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros em Portugal e na Região Centro** (variação homóloga)



**Proveitos totais** (variação homóloga real)



Quadro 10 – Turismo		3T10	2T10	1T10	4T09	3T09	2009	2008
		Média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	1.568	1.230	779	912	1.456	1.077	1.121
	v.h. (%)	7,7	2,9	4,4	0,1	-2,2	-3,9	0,7
Região Centro	milhares	249	195	125	150	228	170	175
	v.h. (%)	9,0	5,0	6,1	-2,4	-1,5	-2,8	2,4
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	4.871	3.272	1.990	2.285	4.557	3.038	3.269
	v.h. (%)	6,9	-2,5	1,8	-4,9	-5,1	-7,1	-1,3
Região Centro	milhares	479	342	206	266	452	312	323
	v.h. (%)	5,9	0,8	7,3	-4,6	-3,0	-3,4	0,8
Estada média								
Portugal	n.º de noites	3,1	2,7	2,6	2,5	3,1	2,8	2,9
Região Centro	n.º de noites	1,9	1,8	1,6	1,8	2,0	1,8	1,8
Proveitos totais								
Portugal	milhares €	239.722	157.995	95.186	113.560	222.001	146.996	163.717
	v.h. real (%)	6,0	-1,2	0,9	-7,3	-5,7	-9,5	-1,5
Região Centro	milhares €	22.622	16.291	9.962	13.099	21.472	14.924	15.787
	v.h. real (%)	3,4	2,3	6,2	-5,1	-1,9	-4,7	2,1
Proveitos de aposento								
Portugal	milhares €	171.344	105.701	60.657	72.878	158.277	99.171	110.331
	v.h. real (%)	6,3	-0,9	1,0	-6,3	-5,9	-9,4	-0,9
Região Centro	milhares €	14.711	9.770	6.036	7.648	13.863	9.117	9.576
	v.h. real (%)	4,2	2,9	8,4	-4,0	-2,2	-4,0	2,0

## CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

A retracção que se tem vindo a registar no sector da construção ao nível do licenciamento de obras, estendeu-se, no terceiro trimestre de 2010, à conclusão de edifícios, tendo-se verificado uma forte quebra homóloga de 59,6%, em Portugal, e de 58,0%, na Região Centro. Também ao nível da avaliação da habitação efectuada pelas instituições bancárias foi registada uma redução homóloga real, apesar de, em termos nominais, se ter verificado um ligeiro aumento do preço da habitação por metro quadrado.

No terceiro trimestre de 2010 assistiu-se a uma contracção homóloga no licenciamento de edifícios que, em Portugal resultou numa quebra de 13,0% e na Região Centro de 12,2% (Quadro 11). Esta situação traduziu-se num agravamento dos decréscimos homólogos observados nos dois primeiros trimestres de 2010. Na Região Centro, a redução das licenças de edifícios, face a igual período do ano anterior, afectou de forma mais acentuada os edifícios destinados à habitação familiar tendo-se constatado um decréscimo de 13,9%. O licenciamento para este tipo de utilização mas de construções novas inverteu a recuperação homóloga evidenciada no trimestre anterior e registou um decréscimo de 12,4%.

Ao nível da conclusão de edifícios, os dados estimados pelo INE, no terceiro trimestre de 2010, apontam para uma retracção muito significativa, registando uma variação homóloga de -59,6% em Portugal e de -58,0% na região, o que contrasta com os crescimentos homólogos que se vinham a verificar desde o quarto trimestre de 2009. Tratou-se mesmo dos maiores decréscimos registados desde 1995. Na Região Centro, a conclusão de edifícios novos destinados à habitação familiar registou quebras ainda mais acentuadas que as anteriormente mencionadas (-61,7%), embora, os fogos concluídos desses edifícios tenham tido uma redução ligeiramente menos abrupta.

O índice que reflecte os preços de manutenção e reparação regular da habitação apresentou um crescimento homólogo em Portugal de 1,2% e de 2,7% na Região Centro, no terceiro trimestre de 2010. Tal configurou um acréscimo face às variações homólogas registadas desde o final de 2009.

Quadro 11 – Construção e Habitação		3T10	2T10	1T10	4T09	3T09	2009	2008	
		Média trimestral							
<b>Edifícios licenciados</b>									
<b>Portugal</b>	n.º	6.753	7.174	7.045	7.034	7.765	7.647	9.747	
	v.h. (%)	- 13,0	- 9,9	- 10,0	- 15,3	- 16,8	- 21,5	- 14,9	
<b>Região Centro</b>	n.º	2.160	2.284	2.203	2.241	2.459	2.405	2.887	
	v.h. (%)	- 12,2	- 9,0	- 8,5	- 9,7	- 11,0	- 16,7	- 12,7	
para habitação familiar	n.º	1.374	1.554	1.418	1.491	1.595	1.570	1.990	
	v.h. (%)	- 13,9	- 2,8	- 11,0	- 9,1	- 16,3	- 21,1	- 17,4	
Construções novas - Edifícios	n.º	1.464	1.655	1.497	1.557	1.637	1.610	2.092	
	v.h. (%)	- 10,6	1,5	- 7,3	- 9,3	- 19,1	- 23,0	- 15,7	
para habitação familiar	v.h. (%)	- 12,4	7,3	- 7,8	- 5,9	- 21,4	- 24,9	- 19,7	
<b>Edifícios concluídos</b>									
<b>Portugal</b>	n.º	4.244	10.198	10.619	10.764	10.511	10.099	10.525	
	v.h. (%)	- 59,6	5,9	11,9	1,4	- 3,0	- 4,1	0,4	
<b>Região Centro</b>	n.º	1.341	3.238	3.159	3.420	3.193	3.083	3.148	
	v.h. (%)	- 58,0	12,9	10,8	6,0	- 2,5	- 2,1	1,4	
para habitação familiar	n.º	970	2.529	2.496	2.652	2.472	2.372	2.430	
	v.h. (%)	- 60,8	14,9	15,4	7,8	- 3,8	- 2,4	- 1,1	
Construções novas - Edifícios	n.º	1.031	2.510	2.421	2.629	2.539	2.388	2.490	
	v.h. (%)	- 59,4	13,8	11,2	4,2	- 3,1	- 4,1	- 0,9	
para habitação familiar	v.h. (%)	- 61,7	16,9	18,5	7,4	- 4,4	- 3,7	- 2,9	
<b>Novos fogos para habitação familiar - Região Centro</b>									
Licenciados	v.h. (%)	- 6,9	26,0	9,8	- 1,9	- 30,0	- 31,8	- 30,6	
Concluídos	v.h. (%)	- 55,5	26,9	31,0	4,5	- 0,4	- 4,9	2,1	
<b>Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação</b>									
<b>Continente</b>	v.h. (%)	1,2	0,6	0,6	0,9	1,7	1,9	3,1	
<b>Região Centro</b>	v.h. (%)	2,7	1,5	1,7	1,7	1,4	1,7	2,4	
<b>Avaliação bancária da habitação</b>									
<b>Portugal</b>	€/m <sup>2</sup>	1.151,0	1.168,7	1.172,0	1.157,3	1.146,3	1.142,8	n.d.	
<b>Região Centro</b>	€/m <sup>2</sup>	964,3	973,3	977,7	964,0	956,3	947,4	n.d.	

n.d. – não disponível

O valor da avaliação bancária de imóveis para habitação, no terceiro trimestre de 2010, registou uma nova redução face ao trimestre anterior, mais acentuada que a verificada no segundo trimestre de 2010, tanto em Portugal como na Região Centro. Embora em termos nominais a avaliação das habitações efectuada pelas instituições bancárias tenha sido superior à registada no período homólogo, ao se eliminar o efeito do nível geral de preços, verificou-se, pela primeira vez desde o início da publicação desta série de valores, uma diminuição dos preços reais da habitação, por metro quadrado.

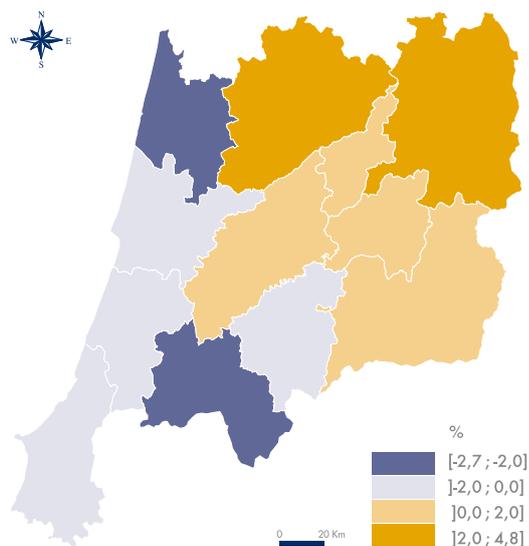
As NUTS III responsáveis pela contracção real da avaliação bancária na Região Centro, no terceiro trimestre de 2010 comparativamente como mesmo período de 2009, foram o Baixo Vouga (-2,7%), o Médio Tejo (-2,1%), o Baixo Mondego (-1,9%), o Oeste (-1,0%) e o Pinhal Litoral (-0,2%). As demais NUTS III, com excepção do Pinhal Interior Sul, apresentaram crescimentos homólogos reais, com destaque para o Dão Lafões onde as instituições bancárias reportaram uma valorização real do preço da habitação, por metro quadrado, de 4,8%.

As NUTS III que registaram os maiores recuos homólogos reais da avaliação bancária, no terceiro trimestre de 2010, foram as que, simultaneamente, apresentaram os maiores valores no preço por metro quadrado da habitação (Baixo Vouga, Médio Tejo, Baixo Mondego, Oeste e Pinhal Litoral). Destacou-se o Baixo Mondego e o Oeste por apresentarem os

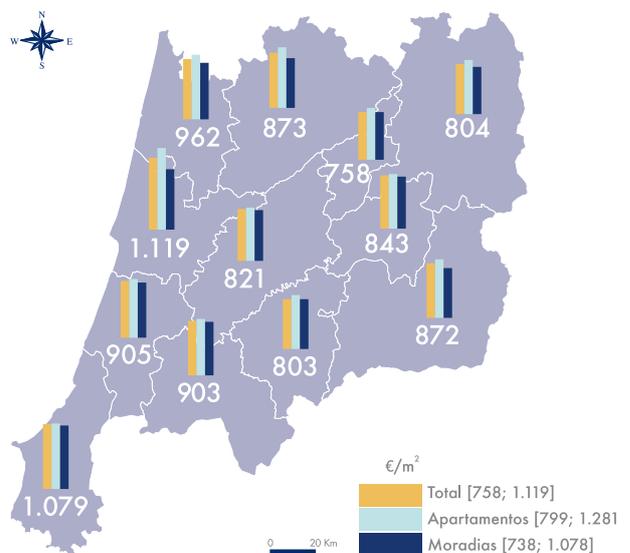
preços da habitação mais elevados. No caso do Baixo Mondego, assim como na maioria das outras NUTS III, os valores da avaliação bancária da habitação foram impulsionados pela valorização dos apartamentos (1.281€/m<sup>2</sup>, que contrastou com o valor das moradias que se situou nos 945€/m<sup>2</sup>). O Oeste foi a sub-região onde a avaliação de moradias e apartamentos mais se aproximou.

Os valores mais baixos da avaliação bancária da habitação, no terceiro trimestre de 2010, foram identificados no interior da Região Centro, mais concretamente na Serra da Estrela (758€/m<sup>2</sup>), a qual registou um decréscimo significativo face ao trimestre anterior e no Pinhal Interior Sul (803€/m<sup>2</sup>), que manteve a posição alcançada no segundo trimestre.

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no terceiro trimestre de 2010



Avaliação bancária da habitação no terceiro trimestre de 2010



## PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

No terceiro trimestre de 2010, observou-se um crescimento homólogo no Índice de Preços no Consumidor que na Região Centro atingiu 2,1% e em Portugal 1,9%, acentuando a tendência inflacionista iniciada em 2010. Os indicadores que servem de base à análise da evolução do consumo privado, no terceiro trimestre de 2010, apontam no sentido de uma contenção nas variações homólogas observadas no trimestre anterior.

O terceiro trimestre de 2010 foi marcado por novo aumento no Índice de Preços no Consumidor (IPC) face a igual período do ano anterior, tanto em Portugal como na Região Centro, acentuando a tendência registada nos dois trimestres anteriores (Quadro 12). A variação homóloga do IPC da Região Centro atingiu 2,1% mantendo-se, tal como no segundo trimestre, superior à nacional (1,9%). As classes que mais cresceram foram “Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis” (6,9%), “Bebidas alcoólicas e tabaco” (4,8%) e “Transportes” (3,7%). Igualmente importante foi o crescimento homólogo dos preços da classe “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” registado no terceiro trimestre de 2010 (2,1%), cuja variação contrastou com a tendência de decréscimo que se vinha a observar desde o segundo trimestre do ano anterior. Apenas duas das doze classes que compõem o cabaz do IPC tiveram uma variação homóloga negativa: “Comunicações” (-1,9%) e Saúde (-1,5%).

Quadro 12 – Preços		3T10	2T10	1T10	4T09	3T09	2009	2008	
		Média trimestral							
<b>Índice de Preços no Consumidor – IPC</b>									
<b>Portugal</b>	v.h. (%)	1,9	1,0	0,3	-0,7	-1,5	-0,8	n.d.	
<b>Região Centro</b>	v.h. (%)	2,1	1,1	0,3	-0,6	-1,7	-1,0	n.d.	
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v.h. (%)	2,1	-1,4	-4,4	-4,9	-5,9	-3,0	n.d.	
Bebidas alcoólicas e tabaco	v.h. (%)	4,8	3,6	4,6	3,7	3,4	3,7	n.d.	
Vestuário e calçado	v.h. (%)	0,9	-0,3	-0,2	-2,1	-3,8	-3,2	n.d.	
Habituação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	v.h. (%)	6,9	6,2	4,4	2,1	1,5	1,6	n.d.	
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v.h. (%)	0,7	0,3	0,8	0,8	1,0	1,3	n.d.	
Saúde	v.h. (%)	-1,5	-1,5	-2,6	-1,5	-1,8	-1,4	n.d.	
Transportes	v.h. (%)	3,7	4,2	3,2	-0,3	-4,2	-4,1	n.d.	
Comunicações	v.h. (%)	-1,9	-2,7	-1,5	0,0	0,0	-1,1	n.d.	
Lazer, recreação e cultura	v.h. (%)	0,9	-0,2	-0,2	-0,3	-0,1	0,1	n.d.	
Educação	v.h. (%)	1,3	1,3	1,3	1,5	2,4	2,1	n.d.	
Restaurantes e hotéis	v.h. (%)	0,8	0,8	0,7	1,1	2,1	2,0	n.d.	
Bens e serviços diversos	v.h. (%)	0,1	-0,4	0,1	1,5	1,8	2,1	n.d.	

n.d. – não disponível

A evolução do consumo privado dos agentes nacionais e da Região Centro foi avaliada considerando o conjunto de indicadores apresentados no Quadro 13. Da sua leitura constatou-se que, no terceiro trimestre de 2010, não foi possível evidenciar uma única tendência na evolução do consumo, apontando, no entanto, para alguma melhoria face a igual período do ano anterior. Já em comparação com o trimestre anterior, perspectiva-se alguma retracção dos consumidores, mais evidente em Portugal que na Região Centro. Enquanto em Portugal se assistiu a uma redução no crescimento homólogo ou a um agravamento do decréscimo homólogo em praticamente todos os indicadores, na Região Centro, alguns dos indicadores apresentavam uma evolução homóloga mais favorável no terceiro trimestre de 2010 que a verificada no trimestre anterior. No terceiro trimestre de 2010, na Região Centro, as receitas de cinema e os levantamentos em caixas automáticas inverteram a variação homóloga real negativa observada no trimestre anterior, para valores positivos. Adicionalmente, os pagamentos em caixas automáticas registaram uma diminuição homóloga real menos acentuada que no trimestre anterior. Já ao nível das importações intra-comunitárias de bens de consumo constatou-se um decréscimo homólogo real bastante significativo (-20,3%), contrastando com o crescimento real que se vinha verificando nos trimestres anteriores.

Quadro 13 – Consumo Privado		3T10	2T10	1T10	4T09	3T09	2009	2008	
		Média trimestral							
<b>Importações intra-comunitárias (chegadas) de bens de consumo</b>									
<b>Portugal</b>	v.h. real (%)	-7,3	-1,6	-1,7	6,9	12,4	8,0	-0,4	
<b>Região Centro</b>	v.h. real (%)	-20,3	4,2	4,6	0,0	8,3	-3,1	-1,5	
<b>Assinantes do serviço de televisão*</b>									
<b>Portugal</b>	v.h. (%)	11,2	11,8	11,9	10,6	10,5	9,2	n.d.	
<b>Região Centro</b>	v.h. (%)	16,2	16,7	17,3	15,3	14,9	13,3	n.d.	
<b>Receitas de cinema</b>									
<b>Portugal</b>	v.h. real (%)	17,6	-1,3	27,4	6,1	5,0	6,5	-1,4	
<b>Região Centro</b>	v.h. real (%)	22,3	-3,6	36,8	9,3	13,4	12,0	0,0	
<b>Levantamentos em caixas automáticos</b>									
<b>Portugal</b>	v.h. real (%)	1,4	3,1	2,8	2,2	1,8	2,2	2,5	
<b>Região Centro</b>	v.h. real (%)	2,0	-2,1	2,9	2,6	2,0	4,0	2,8	
<b>Pagamentos em caixas automáticos</b>									
<b>Portugal</b>	v.h. real (%)	-1,9	2,4	4,1	0,4	6,5	2,3	3,7	
<b>Região Centro</b>	v.h. real (%)	-1,1	-5,5	3,1	0,0	7,6	5,1	4,6	
<b>Compras em terminais de pagamento automático</b>									
<b>Portugal</b>	v.h. real (%)	12,5	14,8	13,8	8,8	4,7	4,7	3,0	
<b>Região Centro</b>	v.h. real (%)	16,0	20,7	17,7	11,1	6,0	6,1	6,3	

\* Inclui as subscrições de televisão por cabo, por satélite (DTH), por fibra óptica (FTTH) e por outros meios de acesso (IPTV e similares).

n.d. – não disponível

## POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO CENTRO

À data de 30 de Setembro de 2010, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), foram aprovadas na Região Centro 8.634 candidaturas que representavam um investimento total de 8.642 milhões de euros e 3.445 milhões de euros de fundos comunitários. Estas candidaturas aprovadas na região correspondiam a 29,0% do número de projectos aprovados no país e 26,3% do total nacional de fundos comunitários atribuídos.

No Programa Operacional Regional – Mais Centro, até 30 de Setembro de 2010, tinha sido aprovado um valor total de FEDER de 1.102 milhões de euros. Até ao final do terceiro trimestre de 2010 também se observou um importante aumento da despesa validada de FEDER, no âmbito do Mais Centro, a que correspondeu uma taxa de execução de 11,9%.

No período 2007-2013, são principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguram a concretização dos objectivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade, em regiões de convergência quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região *phasing-out* (Algarve); região *phasing-in* (Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa).

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contempla três grandes Agendas Temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Factores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território. A concretização das Agendas é assegurada pelos Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano (PO PH), Factores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT); pelos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

O Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro) encontra-se estruturado nos seguintes eixos:

- Eixo 1: Competitividade, inovação e conhecimento;
- Eixo 2: Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos;
- Eixo 3: Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais;
- Eixo 4: Protecção e valorização ambiental;
- Eixo 5: Governança e capacitação institucional;
- Eixo 6: Assistência técnica.

Até ao final de Setembro de 2010, no âmbito do QREN, foram apresentadas, por promotores da Região Centro, 18.262 candidaturas, tendo sido aprovadas 8.634. O número de candidaturas aprovadas na região representava 29,0% do total de projectos aprovados no país e envolvia 26,3% do total de fundos aprovados no QREN em Portugal, ou seja, 3.445 milhões de euros (Quadro 14). No trimestre em análise e face ao final de Junho de 2010, registou-se um crescimento de 4,1% de projectos aprovados (mais 337 candidaturas) e de 6,3% do total de fundos aprovados na região (mais cerca de 204 milhões de euros).

Na Região Centro, à data de 30 de Setembro de 2010, mantinha-se o predomínio de candidaturas aprovadas no PO PH (66,0%) e no Mais Centro (20,9%), concentrando, estes dois Programas, cerca de 87% das aprovações de candidaturas de promotores da região. Esta situação reflectiu-se de igual modo em termos dos fundos comunitários aprovados, uma vez que estes programas concentravam, em conjunto, 65,9% (33,9% e 32,0%, respectivamente) do valor total de fundos comunitários aprovados na região.

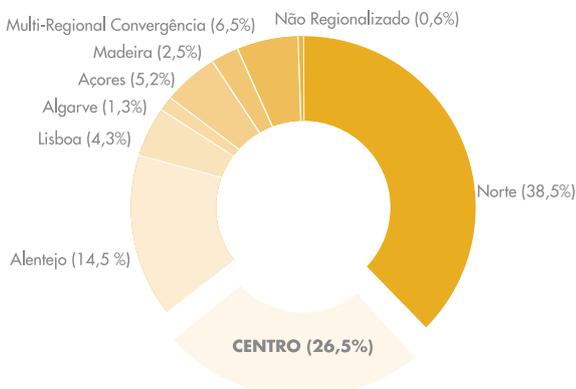
No Mais Centro, até ao final do terceiro trimestre de 2010, foram aprovadas 1.803 candidaturas que alavancavam um investimento total na região de 3.217 milhões de euros. Até esta data, tinha sido já aprovado um total de FEDER no valor de 1.102 milhões de euros, reflectindo um acréscimo de 89,4 milhões de euros face ao final de Junho e de 222,5 milhões de euros face a 31 de Março de 2010. Este valor de fundo aprovado na Região Centro, no âmbito do Mais Centro, representava 24,9% do total de fundo FEDER aprovado na totalidade dos programas operacionais regionais do país.

As três regiões de convergência do Continente (Região Centro em conjunto com o Norte e o Alentejo) concentravam 72% do total de FEDER aprovado no âmbito dos programas operacionais regionais, bem como 87%, 80% e 82% dos fundos comunitários aprovados no PO PH, PO FC e PO VT, respectivamente.

**Quadro 14 – O QREN na Região Centro**  
(30 de Setembro de 2010)

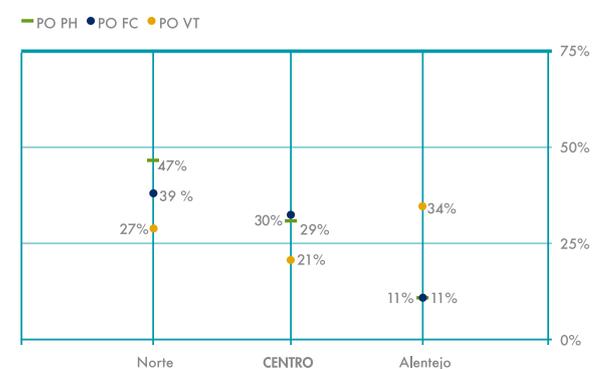
		Região Centro				
		QREN (total)	Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Candidaturas apresentadas	n.º	18.262	3.525	11.384	2.998	355
	% do total nacional	28,6	22,4	30,5	31,5	34,6
Investimento (custo) total	milhões €	18.762	5.069	5.599	6.067	2.027
	% do total nacional	31,4	29,5	28,6	42,4	23,8
Candidaturas aprovadas	n.º	8.634	1.803	5.700	977	154
	% do total nacional	29,0	23,7	31,3	29,1	34,8
Investimento (custo) total	milhões €	8.642	3.217	1.750	2.956	718
	% do total nacional	33,1	34,1	28,5	42,5	20,5
Investimento (custo) elegível	milhões €	6.815	1.865,7	1.750	2.536	664
	% do total nacional	30,4	26,4	28,5	42,2	21,4
Fundo comunitário	milhões €	3.445	1.102	1.167	694	481
	% do QREN (total) da região	100,0	32,0	33,9	20,1	14,0
	% do total nacional	26,3	24,9	28,7	30,4	21,4

**Distribuição dos fundos comunitários aprovados por região**  
(30 de Setembro de 2010)



Adaptado de: Comissão Técnica de Coordenação do QREN, "Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletim Informativo 9", pág. 13

**Relevância das três regiões de convergência do Continente nos fundos comunitários aprovados pelos Programas Operacionais Temáticos** (30 de Setembro de 2010)



Com um valor de fundo comunitário FEDER programado para o Mais Centro de 1.701,6 milhões de euros, para o período de 2007 a 2013, à data de 30 de Setembro de 2010 encontrava-se já comprometido 64,8% desse valor (taxa de compromisso). O Mais Centro continuava, assim, a ser o programa operacional regional de entre as regiões de convergência do Continente com um maior valor de taxa de compromisso.

O volume de despesa realizada pelos promotores dos investimentos realizados e validada pelo Mais Centro atingiu, no final de Setembro de 2010, o valor de 294,5 milhões de euros de investimento elegível, tendo aumentado 93,7 milhões de euros relativamente ao trimestre anterior e superado o acréscimo de volume de despesa validada nos trimestres anteriores. Quanto à despesa validada de fundo comunitário FEDER, oficialmente considerada para efeitos de execução, esta era, nesta data, de 203,1 milhões de euros (mais 62,5 milhões de euros do que em final de Junho de 2010). O montante de despesa validada de fundo comunitário, no âmbito do Mais Centro, representava assim 11,9% do total de fundo FEDER previsto executar durante o período de programação (total de dotação do PO), tendo continuado a registar

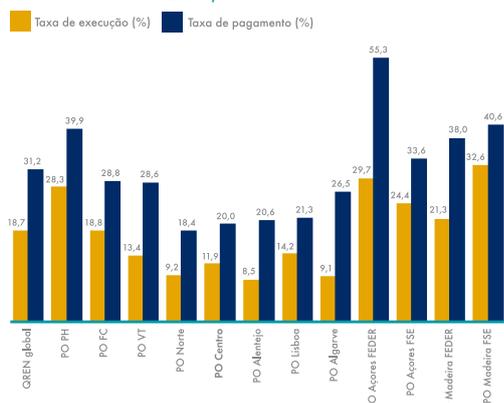
um importante aumento face aos trimestres anteriores e mantendo a Região Centro como a região de convergência do Continente com maior taxa de execução. No que respeita à taxa de realização no Mais Centro (relação entre o FEDER validado ou executado e o FEDER aprovado), esta ascendeu a 18,4%.

Até final de Setembro, tinham já sido feitos pagamentos aos beneficiários do Mais Centro, a título de reembolso ou adiantamentos, de 220,1 milhões de euros (mais 62,6 milhões de euros do que em final de Junho), o que se reflectiu no aumento da taxa de pagamento (relação entre o FEDER pago e o FEDER aprovado) de 15,6% para 20,0%. Atendendo a que, do total de pagamentos aos beneficiários, os adiantamentos à realização de despesa têm um peso relativo cada vez menor e que são praticados quase exclusivamente nos sistemas de incentivos, a taxa de reembolso verificou uma diminuição.

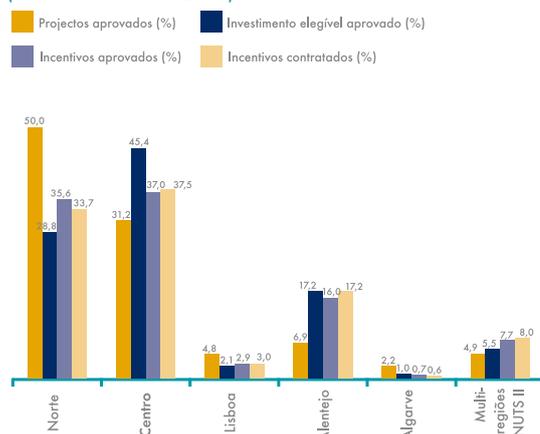
O posicionamento da Região Centro nas várias Agendas temáticas destaca-se sobretudo no caso da Agenda da Competitividade, nomeadamente no que respeita ao Sistema de Incentivos. A 30 de Setembro de 2010, a Região Centro manteve-se como a região do Continente com maior valor de incentivos aprovados (37%) e contratados (37,5%), à semelhança do que se tinha verificado no trimestre anterior e do que se vinha registando praticamente desde o início do QREN. Neste trimestre, é ainda de evidenciar o crescimento registado no peso dos incentivos contratados na região no total nacional, aumentando de 34,5%, em 30 de Junho de 2010, para 37,5%, em 30 de Setembro. À semelhança do que se observou nos trimestres anteriores, o peso dos incentivos às empresas aprovados e contratados na região manteve-se superior ao peso do número de projectos aprovados (31,2%), indiciando assim que estes projectos apresentavam uma elevada dimensão média em termos de montante de incentivo envolvido por projecto.

Quadro 15 – Monitorização do Mais Centro (valores acumulados)		Setembro 2010	Junho 2010	Março 2010
<b>Execução Financeira</b>				
<b>Despesa validada</b>				
Investimento (custo) elegível	milhões €	294,5	200,8	113,8
Fundo comunitário	milhões €	203,1	140,6	83,0
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	220,1	157,5	98,0
<b>Indicadores financeiros</b>				
Taxa de compromisso (fundo aprovado/fundo programado)	%	64,8	59,5	51,7
Taxa de execução (fundo validado/fundo programado)	%	11,9	8,3	4,9
Taxa de realização (fundo validado/fundo aprovado)	%	18,4	13,9	9,4
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários/fundo aprovado)	%	20,0	15,6	11,1
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários/fundo validado)	%	108,3	112,1	118,1

**Taxa de execução e taxa de pagamento das candidaturas por Programa Operacional (30 de Setembro de 2010)**



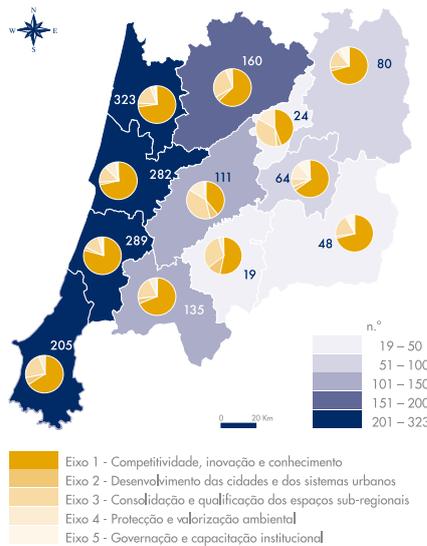
**Distribuição regional dos Sistemas de Incentivos aprovados às empresas na Agenda da Competitividade (30 de Setembro de 2010)**



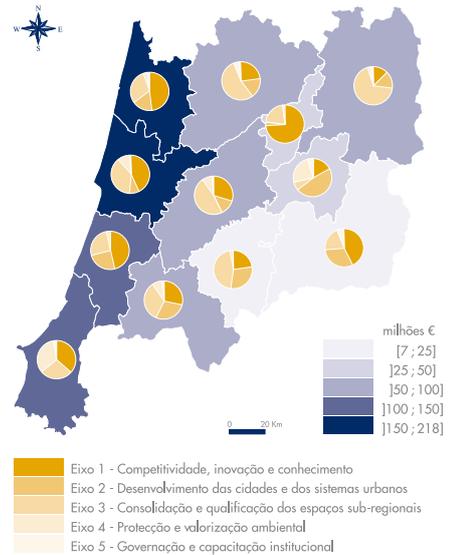
À data de 30 de Setembro de 2010, a análise do número de projectos e de FEDER aprovados no âmbito do Mais Centro, por NUTS III, salientava, tal como nos trimestres anteriores, as sub-regiões do litoral: valores de fundo aprovado acima dos 150 milhões de euros para o Baixo Mondego e o Baixo Vouga, e acima dos 100 milhões de euros destacavam-se ainda o Pinhal Litoral e o Oeste. Estas quatro sub-regiões concentravam, no âmbito das aprovações no Mais Centro, 63,2% do total de projectos e 63,8% de fundo comunitário. O eixo com maior valor de fundo aprovado em cada uma destas quatro NUTS III era a Competitividade, inovação e conhecimento (eixo 1). Com valores de FEDER aprovado entre os 50 e os 100 milhões de euros, encontravam-se Dão-Lafões, o Médio Tejo, o Pinhal Interior Norte e a Beira Interior Norte, regiões em que o maior valor de fundo aprovado respeitava ao eixo Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais (eixo 3).

A distribuição sub-regional do fundo comunitário relativizado pela população residente destacava a importância do Baixo Mondego. Este indicador apresentava ainda valores relevantes para o Baixo Vouga e o Pinhal Litoral, no litoral, e para a Beira Interior Norte, a Serra da Estrela e o Pinhal Interior Norte, no interior. No indicador dimensão média dos projectos aprovados no Mais Centro, avaliado pelo montante de fundo comunitário em relação ao número de projectos aprovados, destacava-se a Serra da Estrela, que apresenta projectos aprovados envolvendo montantes elevados, nomeadamente projectos de iniciativa privada (eixo 1). No Pinhal Litoral, apesar do FEDER aprovado em investimentos de promotores aí localizados ser elevado registava um dos menores valores neste indicador (é a segunda sub-região com maior número de projectos aprovados).

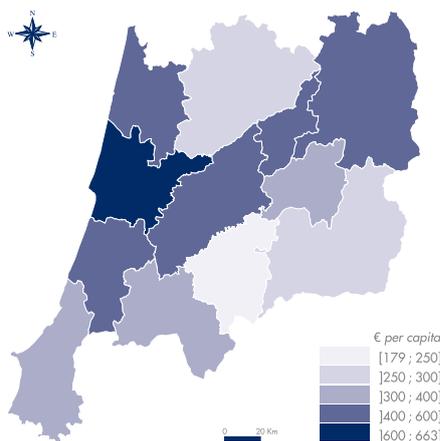
**Projectos aprovados no âmbito do Mais Centro (30 de Setembro de 2010)**



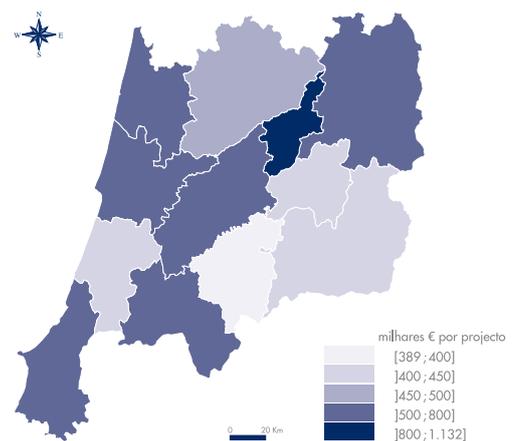
**Fundo comunitário atribuído aos projectos no âmbito do Mais Centro (30 de Setembro de 2010)**



**Fundo comunitário per capita no âmbito do Mais Centro (30 de Setembro de 2010)**



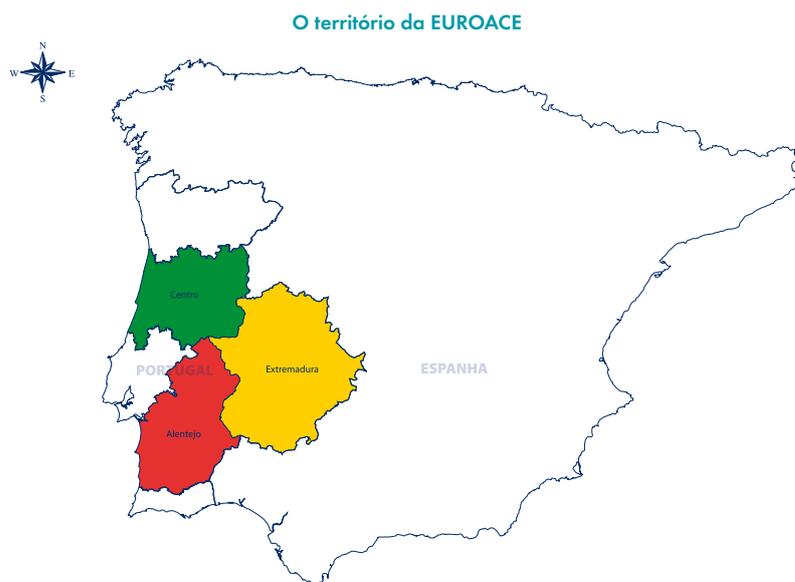
**Fundo comunitário por projecto no âmbito do Mais Centro (30 de Setembro de 2010)**



## EUROACE 2020

### ESTRATÉGIA PARA A EURORREGIÃO ALENTEJO-CENTRO-EXTREMADURA

A **Eurorregião Alentejo-Centro-Extremadura (EUROACE)** iniciou uma nova fase do processo de colaboração entre estas três regiões. A Eurorregião foi criada no dia 21 de Setembro de 2009, em Vila Velha de Ródão, através da assinatura de um Protocolo de Cooperação Transfronteiriça entre a Junta da Extremadura e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e do Centro.



Fonte: Projecto OTALEX. Junta de Extremadura e CCDR Alentejo

Formalizando uma prática de cooperação tripartida, que tem vindo a ganhar expressão nos últimos anos, o novo protocolo vem adequar-se ao enquadramento jurídico entretanto criado por Portugal e Espanha para regular estes processos de cooperação transfronteiriça (Convenção de Valência), mas também promover a necessária actualização face às mudanças que entretanto ocorreram nas regiões do Alentejo, do Centro e da Extremadura. No entanto, com a criação da Eurorregião, aquelas instituições pretendem principalmente criar um espaço de cooperação que constitua um referencial para todas as dinâmicas transfronteiriças e interregionais de base territorial que coexistem entre e nestas regiões, potenciando as especificidades e capacidades de cada parceria e de cada rede.

A Eurorregião criada pretende ser uma marca diferenciadora do território EUROACE, contribuindo para posicionar estrategicamente estas regiões a nível ibérico e europeu. Para tal, constatou-se ser necessário construir um modelo estratégico de desenvolvimento conjunto, que organize, integre e coordene todas as dinâmicas de cooperação existentes no território das três regiões, e constitua, ao mesmo tempo, um elemento de reforço da identidade e afirmação do espaço de cooperação Alentejo-Centro-Extremadura.

Durante este primeiro ano de vida da EUROACE foram desenvolvidos projectos relevantes dos quais se destacam a construção de um site ([www.euro-ace.eu](http://www.euro-ace.eu)), a elaboração de um folheto de apresentação do território do EUROACE e a definição de uma estratégia de desenvolvimento e de cooperação para o futuro, **EUROACE 2020**, inspirada nas orientações da estratégia europeia *Europa 2020* e apresentada nesta secção do Boletim.

A estratégia EUROACE 2020 tem como ponto de partida a visão que as entidades fundadoras têm para a EUROACE: uma economia dinâmica, um território harmonioso, cidadãos de pleno direito.

A estratégia assenta em quatro pilares: uma estratégia baseada num território valorizado, uma estratégia em torno da inovação e da competitividade, uma estratégia participativa para formar cidadãos de pleno direito e uma estratégia de cooperação em tempos de incerteza.

A concretização da estratégia para a **EUROACE 2020** necessita, por isso, de um conjunto de acções estruturantes assentes na dinâmica da cooperação transfronteiriça alargada aos vários sectores de actividade que integram as actuais 16 Comissões Sectoriais da Comunidade de Trabalho. Estas acções encontram-se organizadas em quatro grandes eixos de intervenção: Mais Território, Mais Competitividade, Mais Cidadania e Mais EUROACE.

### Eixo 1: Mais território

A Eurorregião deverá valorizar e apoiar as actuações que, desenvolvidas mediante a cooperação entre as regiões que compõem a Comunidade de Trabalho, contribuam para promover um ordenamento harmonioso do espaço EUROACE, contribuam para valorizar e favorecer o aproveitamento económico do património cultural e natural, de forma compatível com os princípios de conservação e sustentabilidade dos recursos naturais, contribuam para promover e agilizar a prevenção e intervenção conjunta nas áreas fronteiriças em matéria de riscos naturais e tecnológicos e ainda contribuam para articular as redes urbanas regionais e, em especial, uma adequada interacção urbano-rural.

### Eixo 2: Mais competitividade

A EUROACE deverá ser particularmente sensível ao tema da inovação e do seu contributo decisivo para promover a competitividade da Eurorregião, na medida em que os recursos são escassos e, por isso, mais valiosos. Dessa forma importa promover o estabelecimento de plataformas colaborativas entre as empresas e o sistema científico e tecnológico, promover a criação de condições facilitadoras da mobilidade empresarial e da internacionalização das empresas e do território, potenciar um turismo de qualidade fortemente vinculado aos recursos endógenos e a actividades socioeconómicas tradicionais da EUROACE. Naturalmente importa reduzir os custos de contexto resultantes de ineficiências do funcionamento das próprias administrações, eliminando barreiras no acesso aos mercados de bens e serviços dos dois lados da fronteira e promovendo uma maior oferta de serviços digitais.

### Eixo 3: Mais cidadania

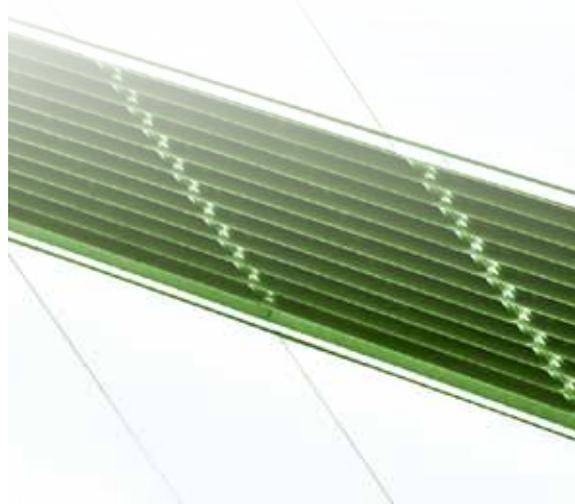
As características territoriais e demográficas da EUROACE constituem um desafio primordial para as políticas de coesão económica, social e territorial. Antes de mais, dever-se-á proporcionar uma adequada acessibilidade a serviços básicos, de forma a garantir uma plena cidadania na EUROACE, fomentando, nomeadamente, o uso partilhado de recursos transfronteiriços na área da saúde, da educação ou do apoio social e promovendo acções conjuntas de combate à pobreza e à exclusão social. Importa ainda promover a qualificação dos cidadãos através da aprendizagem ao longo da vida e estimular a participação activa na sociedade. Finalmente dever-se-á estimular e aprofundar os intercâmbios culturais transfronteiriços, envolvendo pessoas e instituições.

### Eixo 4: Mais EUROACE

A criação da Eurorregião EUROACE tem como fundamento inovar no modo de funcionamento da Comunidade de Trabalho, aperfeiçoando a sua organização interna e melhorando o desempenho das instituições que a integram, mas principalmente ganhando um novo posicionamento face ao exterior, que passa por dar maior visibilidade à EUROACE no contexto ibérico e europeu mas também passa por fomentar uma maior participação e implicação dos cidadãos na construção da Eurorregião.

Matriz de Orientação Estratégica





# [DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO]

## MOBILIDADE GEOGRÁFICA DOS TRABALHADORES NA REGIÃO CENTRO 2004-2007

A mobilidade laboral é um mecanismo de ajustamento da economia, com impacte potencialmente positivo na redução do desemprego e no aumento da empregabilidade. No entanto, para além dos efeitos sobre o mercado de trabalho, a mobilidade laboral pode ter impactes mais ou menos profundos na estrutura dos territórios (nomeadamente nas componentes demográfica, social, económica, ambiental, etc.) e nos seus níveis de desenvolvimento. Fluxos de mão-de-obra significativos podem implicar, entre outros aspectos, alterações na estrutura da população e nos seus níveis de crescimento, no mercado imobiliário, nas deslocações pendulares, no sistema de transportes e infra-estruturas viárias, no ordenamento do território, na configuração social dos espaços e no próprio grau de coesão dos territórios.

A mobilidade laboral pode apresentar-se sob múltiplas perspectivas, tendo o presente trabalho versado apenas sobre a mobilidade geográfica. A análise incidiu sobre os trabalhadores por conta de outrem da Região Centro até ao nível municipal<sup>22</sup>, no período 2004 a 2007<sup>23</sup>. A informação utilizada teve por base o Sistema de Informação Longitudinal de Empresas, Estabelecimentos e Trabalhadores (SILEET) do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS)<sup>24</sup>. A análise da mobilidade dos trabalhadores por conta de outrem implica obrigatoriamente a comparação da sua referenciação em dois anos consecutivos (uma vez que só por comparação com o período precedente é possível aferir mudanças de estado do trabalhador), pelo que, para o presente estudo, foram apenas considerados os trabalhadores que se encontravam presentes no SILEET em dois anos consecutivos e com números de beneficiário da segurança social validados pelo Instituto de Informática, IP (do MTSS).

A mobilidade geográfica ocorre sempre que a uma mudança no local de trabalho (originada ou não por uma mudança de empregador) estiver associada uma alteração no território onde o indivíduo trabalha. O critério relevante é a mudança territorial. Se existir uma alteração de estabelecimento e/ou de entidade empregadora, mantendo-se o trabalhador no mesmo território, não se considera que existe mobilidade geográfica. Note-se, no entanto, que o nível de desagregação territorial influencia o entendimento da mobilidade geográfica. Ou seja, se o nível de análise for municipal, considera-se haver mobilidade geográfica quando a alteração no local de trabalho pressupõe uma mudança de município. No entanto, se o nível de análise for regional, apenas constituem mobilidade geográfica, os fluxos de entrada e saída de trabalhadores da região, não fazendo sentido considerar como mobilidade regional os fluxos intra-regionais.

<sup>22</sup> A desagregação geográfica utilizada teve por base a nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS) com a configuração dada pelo Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro. A Região Centro é uma das sete regiões NUTS II do país e divide-se em doze sub-regiões NUTS III, compreendendo 100 municípios.

<sup>23</sup> Para atenuar oscilações extremas dos indicadores apresentados, foram utilizados valores médios para o período de referência 2004 a 2007.

<sup>24</sup> Este sistema corresponde a um conjunto de dados administrativos apurados a partir dos Quadros de Pessoal, aos quais respondem entidades com trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho (incluem-se, desde 2002, apenas os trabalhadores dos serviços da Administração Pública em regime jurídico de contrato individual de trabalho). A informação encontra-se detalhada ao nível de estabelecimento (local onde, nele ou a partir dele, se exerça pelo menos uma actividade económica da empresa).

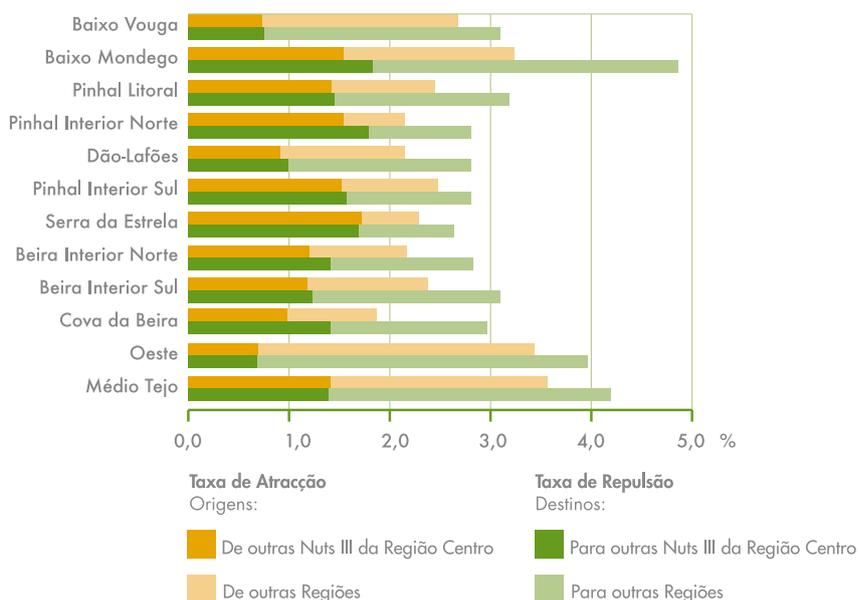


### Entre 2004 e 2007, a Região Centro revelou-se (em termos líquidos) um território repulsivo, sucedendo o mesmo com todas as suas sub-regiões

A Região Centro perdeu, em termos líquidos e em média, sete por cada mil trabalhadores entre 2004 e 2007. Apesar de ter atraído trabalhadores neste período, aqueles que saíram superaram os que entraram na região. Esta situação traduziu-se numa taxa média de atracção<sup>25</sup> de 1,65% e numa taxa média de repulsão<sup>26</sup> de 2,32%, significando que, em média, por cada 1,4 trabalhadores que saíram da Região Centro, apenas um entrava oriundo de outro ponto do país, conduzindo a uma taxa média de atractividade líquida<sup>27</sup> de -0,67%.

Tal como sucedeu na Região Centro, todas as sub-regiões apresentaram taxas médias de repulsão superiores às taxas médias de atracção, conduzindo a taxas de atractividade líquidas negativas, o que vem enfatizar a conclusão da repulsividade de trabalhadores em toda a região. Com as taxas de atractividade líquida mais negativas surgiram realidades tão distintas como o Baixo Mondego ou a Cova da Beira, onde por cada trabalhador que entrava, saíam, em média, 1,5 funcionários. Ao nível das taxas de atractividade líquidas menos negativas, também se encontravam sub-regiões económica e socialmente antagónicas, como sejam a Serra da Estrela (-0,3%) e o Baixo Vouga (-0,4%).

### Taxas médias de atracção e repulsão segundo a sua origem e destino, no período 2004 a 2007



<sup>25</sup> A taxa de atracção de trabalhadores relaciona o fluxo de entradas de trabalhadores em determinado território com o seu efectivo total, ou seja, o número de trabalhadores que no ano  $n-1$  não trabalhavam em dado território e que no ano  $n$  aí trabalhavam, com o total de trabalhadores no território no ano  $n$ . Tratando-se de uma taxa média num dado período, o indicador foi calculado com os valores médios das suas componentes.

<sup>26</sup> A taxa de repulsão relaciona as saídas observadas em determinado território com o seu efectivo total, isto é, o número de trabalhadores que no ano  $n$  trabalhavam em dado território e que no ano  $n+1$  já aí não trabalhavam, com o efectivo de trabalhadores no território no ano  $n$ . Tratando-se de uma taxa média num dado período, o indicador foi calculado com os valores médios das suas componentes.

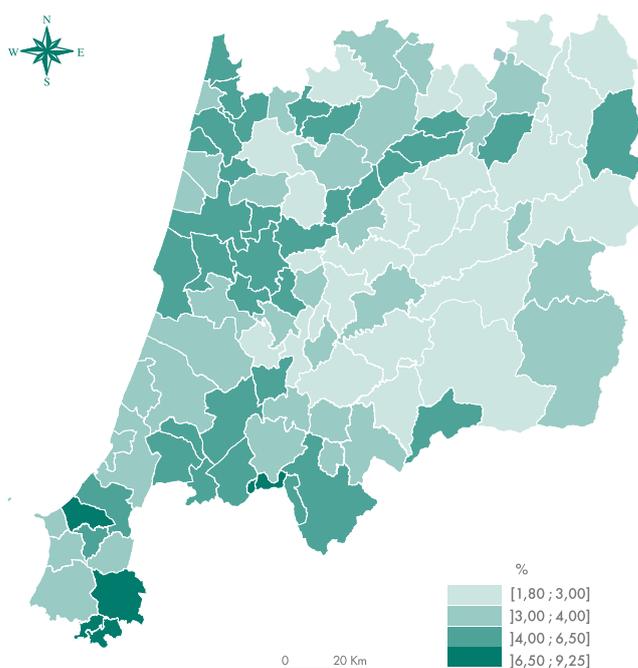
<sup>27</sup> A taxa de atractividade líquida relaciona a diferença entre os fluxos de entrada e saída de determinado ano com o efectivo de trabalhadores desse ano. Para um mesmo período, a taxa (média) de atractividade líquida corresponde à diferença entre a taxa (média) de atracção e a taxa (média) de repulsão.

As sub-regiões com as taxas de atracção mais elevadas foram também as que apresentaram as mais altas taxas de repulsão (nomeadamente, o Médio Tejo, o Oeste e o Baixo Mondego). No entanto, constatou-se a existência de uma maior variabilidade nas saídas de trabalhadores, traduzida numa maior amplitude dos valores obtidos para as taxas médias de repulsão quando comparadas com as taxas médias de atracção. As três sub-regiões com as maiores taxas médias de atracção, juntamente com o Baixo Vouga e o Dão-Lafões atraíram, maioritariamente, trabalhadores vindos de fora da Região Centro. Em termos de saídas, verificou-se que grande parte das sub-regiões perdeu maioritariamente trabalhadores para localizações fora da região. Nos fluxos entre as diferentes NUTS III da Região Centro (quer de entrada, quer de saída), observou-se um relacionamento mais intenso entre sub-regiões contíguas.

### As taxas médias de atracção municipais do litoral contrastam com as do interior da região

Da observação das taxas médias de atracção dos 100 municípios que compõem a Região Centro<sup>28</sup>, realça-se a existência de alguma dualidade entre o litoral e o interior. Enquanto nas sub-regiões da faixa costeira e ainda no Médio Tejo e Dão-Lafões se encontravam a maioria dos municípios com as taxas médias de atracção mais elevadas, nas restantes sub-regiões verificava-se a situação oposta, com os municípios que as compunham a integrarem maioritariamente o escalão mais baixo do indicador em questão. Desta forma, destacam-se com as taxas mais elevadas Arruda dos Vinhos (9,3%), Alenquer (8,4%), Óbidos (7,8%), Entroncamento (7,1%), Sobral de Monte Agraço (6,7%) e Vila Nova da Barquinha (6,6%), pertencentes às sub-regiões do Oeste e do Médio Tejo. Inversamente, por apresentarem as taxas médias de atracção mais baixas são de destacar os municípios de Figueira de Castelo Rodrigo, Oliveira do Hospital, Aguiar da Beira, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Sabugal, Góis, Manteigas e Seia, os quais não atingiram a fasquia das 2,5 entradas por cada 100 trabalhadores do território do respectivo município.

Taxa média de atracção, no período 2004 a 2007



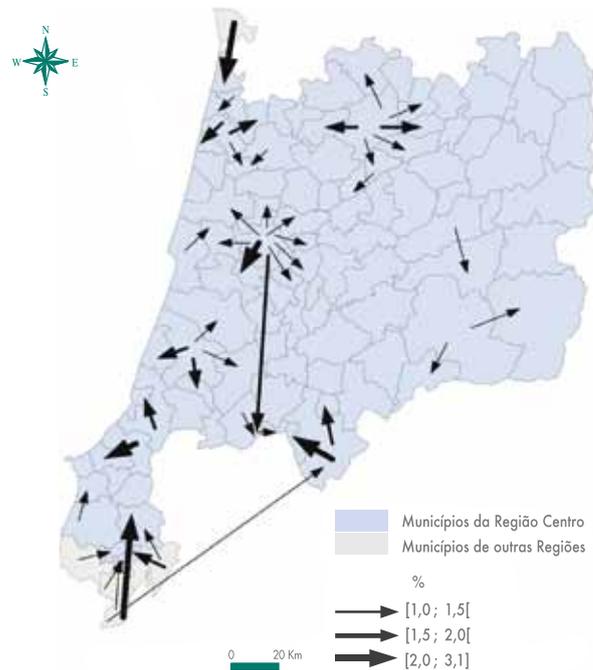
Fonte: cálculos próprios a partir de SILEET

<sup>28</sup> Recorde-se que a comparação entre taxas correspondentes a diferentes níveis de desagregação geográfica não faz sentido, pois como se expurgam sempre os movimentos ocorridos dentro da unidade territorial em questão, os fluxos de trabalhadores considerados para o cálculo do indicador variam consoante a perspectiva. Isto significa que, a nível municipal, se consideram as entradas oriundas de outros municípios da Região Centro e de outras regiões do País. Já ao nível da Região Centro, só são considerados os fluxos provenientes de outras regiões do País.

### Existência de uma lógica de proximidade nos fluxos relativos médios intermunicipais de entrada

Uma análise mais pormenorizada dos fluxos de entrada dos municípios pode ser efectuada identificando os pares de municípios entre os quais se notou maior mobilidade relativa de trabalhadores, utilizando, para este efeito, o conceito de fluxo relativo intermunicipal de entrada de trabalhadores<sup>29</sup>. Os vários fluxos médios de entrada em determinado município foram relativizados pela sua população e, os mais importantes (superiores a 1%), foram cartografados através de setas direccionais, com início no município de origem do fluxo e fim no município de destino, estando a sua espessura dependente do valor representado. Por exemplo, no caso de Arruda dos Vinhos, verificou-se que, das entradas médias totais de trabalhadores no município, existiam três proveniências significativas: Lisboa, Loures e Vila Franca de Xira, sendo esta última mais relevante que as primeiras.

#### Principais fluxos relativos médios intermunicipais de entrada de trabalhadores, no período 2004 a 2007



Fonte: cálculos próprios a partir de SILEET

Em diversos municípios contíguos aos que concentram grandes agregados populacionais da Região Centro e que, maioritariamente, coincidem com capitais de distrito (Aveiro, Coimbra, Viseu, Leiria e Castelo Branco) foram observados fluxos relativos médios intermunicipais de entrada importantes. Aliás, a característica patente nos fluxos relativos médios intermunicipais de entrada representados diz respeito à contiguidade dos municípios envolvidos. Tratando-se de alterações no local de trabalho que podem não estar associadas a mudanças na residência do trabalhador, estes fluxos podem originar movimentos pendulares (deslocações regulares casa-trabalho). Um maior distanciamento territorial é observado apenas para os fluxos relativos de entrada em Ovar provenientes de Gaia, no Entroncamento vindos de Coimbra e das entradas relativas em Abrantes, Alenquer e Arruda dos Vinhos com origem no município de Lisboa.

Adicionalmente, verifica-se que os municípios com as taxas médias de atracção mais elevadas se encontram associados a fluxos relativos médios intermunicipais de entrada significativos. É o caso de Arruda dos Vinhos (onde os trabalhadores provenientes de Vila Franca de Xira, Loures e Lisboa representavam 44% das entradas médias neste município), de Alenquer (pesando os fluxos oriundos de Lisboa e Vila Franca de Xira, em média, 45% do total das suas entradas) e de Óbidos (onde se registou o fluxo médio relativo intermunicipal de entrada mais expressivo, representando os trabalhadores deslocados de Caldas da Rainha, em média, 39% das entradas totais no município).

<sup>29</sup> O fluxo relativo intermunicipal de entrada de trabalhadores consiste na relação entre o número de trabalhadores que se deslocaram de um município para o outro (isto é, que no ano  $n-1$  constavam do total de trabalhadores do município A e que no ano  $n$  passaram a constar do efectivo do município B - entradas de B vindas de A no ano  $n$ ) e o total de trabalhadores do município de destino do ano  $n$  (no nosso exemplo, os trabalhadores do município B no ano  $n$ ).

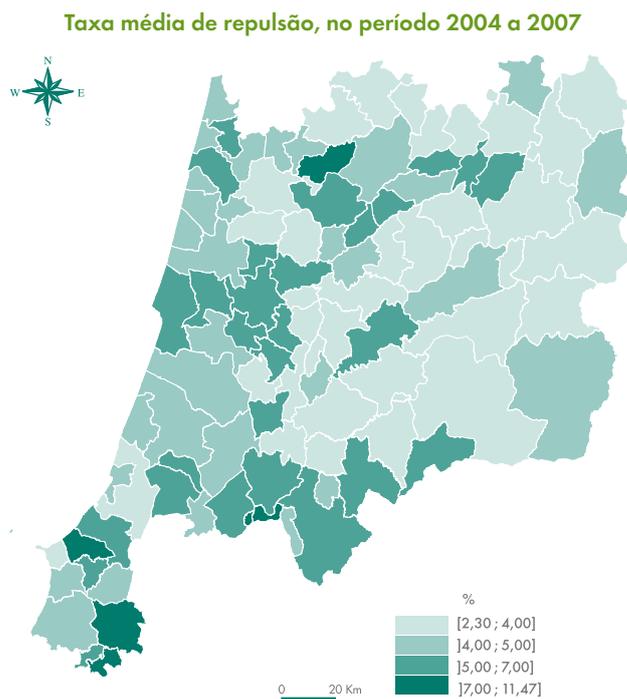
De salientar Ovar que registou o segundo fluxo relativo de entrada mais elevado, proveniente de Vila Nova de Gaia, correspondendo a uma entrada média anual próxima dos 450 trabalhadores e representando quase metade das entradas em Ovar. Contudo, também noutros municípios do Baixo Vouga foi possível observar fluxos relativos médios intermunicipais de entrada com alguma relevância, como seja o de Ílhavo com proveniência de Aveiro (1,8%). De facto, o Baixo Vouga foi a sub-região onde o número médio de entradas de trabalhadores nos seus municípios provenientes dos outros municípios da mesma sub-região foi mais significativo no total de trabalhadores da respectiva NUTS III, pesando em média 1,7%.

Refira-se ainda que, de entre os municípios com fluxos relativos intermunicipais de entrada mais relevantes, se encontravam alguns dos municípios com fracas taxas de atracção. É o caso do Fundão, para o qual os trabalhadores provenientes da Covilhã representaram 1,4% do seu efectivo e 47% das suas entradas, e de Sátão, para o qual Viseu contribuiu, em média, com 1,2% dos trabalhadores por conta de outrem aí existentes.

### Assimetria entre litoral e interior da região mais acentuada nas taxas médias de repulsão municipais

O padrão territorial da taxa média de repulsão é bastante semelhante ao encontrado para a taxa média de atracção (embora registando valores mais expressivos e com maior amplitude de variação). Assim, constatou-se uma maior mobilidade relativa nos municípios pertencentes ao litoral da Região Centro, assim como ao Médio Tejo e Dão Lafões, comparativamente com aqueles localizados mais para o interior.

De realçar que os municípios com taxas médias de repulsão mais elevadas foram praticamente os mesmos que detinham as maiores taxas médias de atracção: Entroncamento, que se destacou com o fluxo médio relativo de saída mais elevado, correspondendo a 11,5% dos seus trabalhadores, Arruda dos Vinhos (10,3%), Alenquer (9,7%), Vila Nova da Barquinha (8,2%) e Óbidos (7,8%). Exceptua-se apenas o município de Sobral de Monte Agraço (6,6%) que, em termos da taxa média de repulsão, foi ultrapassado pelos municípios de Vouzela (7,3%) e Coimbra (6,8%).



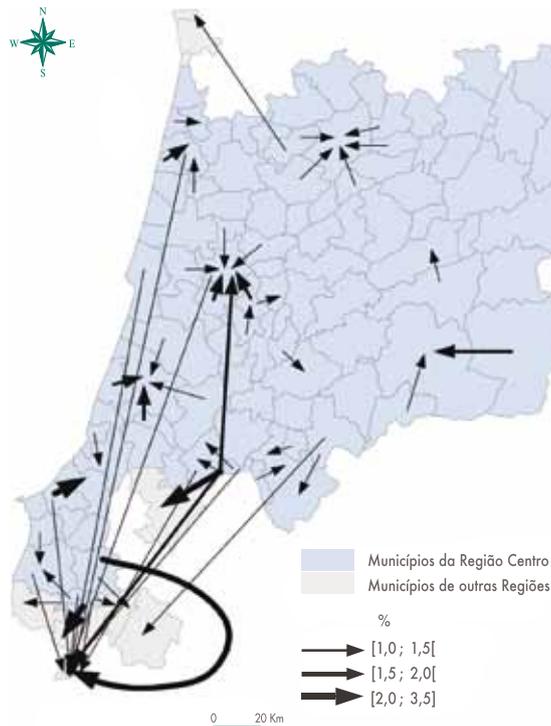
Fonte: cálculos próprios a partir de SILEET

Um terço dos municípios da Região Centro registou um valor médio de saídas de trabalhadores inferior a 4% do efectivo total. Destes, destacam-se Figueira de Castelo Rodrigo, Sabugal, Góis, Gouveia, Oliveira do Hospital e Vila de Rei, com taxas médias de repulsão a não atingirem os 3%. Repare-se que quatro destes seis municípios foram também identificados como tendo das menores taxas médias de atracção, reforçando a ideia da fraca mobilidade dos trabalhadores presente nestes territórios.

### Lisboa exerce forte poder de atracção sobre diversos municípios da Região Centro, rompendo com a lógica de proximidade

Para uma melhor compreensão do fenómeno das saídas de trabalhadores e à semelhança do efectuado para os fluxos de entrada, foram cartografados os fluxos relativos médios intermunicipais de saída<sup>30</sup> mais significativos na Região Centro (superiores a 1%). Também, neste caso, se constata a existência de diversos fluxos com destino para a quase totalidade dos municípios capitais de distrito e para outros municípios mais populosos da Região Centro oriundos de municípios contíguos. Adicionalmente, verificaram-se saídas de numerosos municípios com destino a Lisboa, o que denota uma atractividade vincada deste município e quebrando-se aqui a lógica de proximidade e da contiguidade dos municípios. Este efeito de captação de trabalhadores torna-se mais evidente quando se verifica que 11 dos 51 fluxos representados tinham aquele município como destino, incluindo o mais expressivo, proveniente do município de Alenquer, onde se assistiu, em média, a uma saída de 3,5% dos trabalhadores para Lisboa, o que, em termos médios absolutos, se expressava em mais de 430 trabalhadores por ano. Mesmo no caso do fluxo relativo menos importante, com origem em Torres Novas e destino na capital portuguesa, o número médio de trabalhadores foi expressivo, representando 15% das suas saídas.

#### Principais fluxos relativos médios intermunicipais de saída de trabalhadores, no período 2004 a 2007



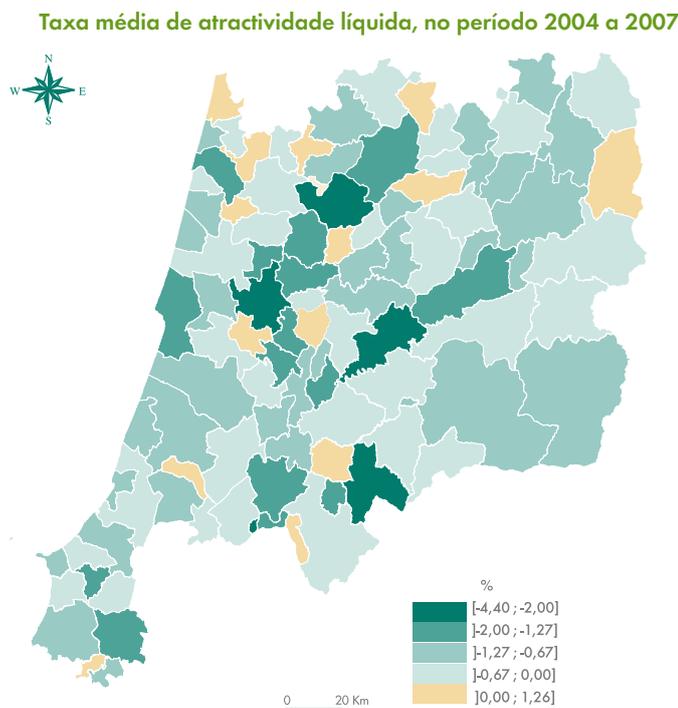
<sup>30</sup> O fluxo relativo intermunicipal de saída de trabalhadores relaciona o número de trabalhadores que se deslocaram de um município para o outro (isto é, que no ano  $n-1$  constavam do total de trabalhadores do município A e que no ano  $n$  passaram a constar do efectivo do município B - saídas de A para B no ano  $n-1$ ) e o total de trabalhadores do município de origem (trabalhadores do município A no ano  $n-1$ ). Como tanto ao nível do numerador, como do denominador, foram consideradas as médias do período, o indicador obtido corresponde ao fluxo relativo médio intermunicipal.

Fonte: cálculos próprios a partir de SILEET

Fluxos relativos médios intermunicipais de saída elevados foram igualmente visíveis em Arruda dos Vinhos, Entroncamento e Óbidos (que, recorde-se, evidenciaram das mais altas taxas de repulsão), com destino a Loures, Santarém e Caldas da Rainha, respectivamente. Naqueles municípios, a proporção média de trabalhadores que, no total das respectivas saídas, se deslocou para os municípios referidos variou entre os 27% no Entroncamento e os 34% em Óbidos. Realce-se ainda a Marinha Grande onde, em média, 45% dos trabalhadores que saíram deste município se deslocaram para Leiria, fluxo que representou 1,9% dos trabalhadores a desempenhar funções na Marinha Grande.

### Predomínio de municípios repulsivos (em termos líquidos)

A conjugação dos movimentos de entrada e saída permite concluir pela efectiva atractividade ou repulsividade dos territórios. Esse retrato é efectuado a partir da taxa média de atractividade líquida, a qual corresponde à diferença entra as taxas médias de atracção e repulsão dos diversos territórios. Na análise de cada uma das componentes da taxa média de atractividade líquida, ficou evidente alguma dualidade entre o litoral e o interior da região. Contudo, este padrão territorial deixou de se verificar quando se conjugaram as duas componentes num único indicador, uma vez que existia uma preponderância semelhante nos movimentos de entrada e de saída de trabalhadores.



Fonte: cálculos próprios a partir de SILEET

A grande maioria dos municípios da Região Centro (85%) apresentou-se, em termos líquidos, no período 2004 a 2007, como repulsivo de trabalhadores por conta de outrem, existindo pontualmente, e de forma dispersa no território regional, municípios que atraíram mais trabalhadores do que afastaram. A repulsividade do território regional fica ainda mais patente ao verificar-se que, para além do número de municípios que, em termos líquidos, atraíram trabalhadores ser consideravelmente inferior ao dos que repeliram, adicionalmente, as taxas de atractividade líquidas positivas apresentaram valores absolutos significativamente mais baixos que as taxas negativas. De facto, apenas Constância, Ovar e Oliveira de Frades observaram entradas médias líquidas de trabalhadores superiores a 0,5% do efectivo empregado por conta de outrem nos respectivos municípios. Em vinte municípios foram registadas taxas médias de atractividade líquida negativas inferiores a -1,26% (simétrico do máximo atingido pelo indicador em questão), tendo este valor mais que duplicado em Tondela, Pampilhosa da Serra e Entroncamento. Com perdas líquidas de trabalhadores igualmente importantes encontravam-se os municípios de Coimbra (-2,4%) e Mação (-2,3%).

# FONTES

## CONJUNTURA

### • Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores (Base 2008)
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

### • Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2008)

### • Desemprego Registrado

- IEFP - Desemprego Registrado por Concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente (2009)

### • Empresas

- Banco de Portugal
  - Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
  - Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras
- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- COFACE - Serviços Portugal, S.A.
  - Empresas constituídas
  - Acções de insolvência

### • Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais
- Entradas e Saídas de Mercadorias por Secção da Nomenclatura Combinada, tipo de comércio, NUTS II e NUTS III
- Secções seleccionadas:
  - I – Animais vivos e produtos do reino animal
  - IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados
  - VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
  - VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
  - IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
  - X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
  - XI – Matérias têxteis e suas obras
  - XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
  - XV – Metais comuns e suas obras
  - XVI – Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
  - XVII – Material de transporte

### • Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Boletim Mensal de Estatística
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)

### • Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação (Base 2000)
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)

### • Preços e Consumo Privado

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Entradas e Saídas de Mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE), Tipo de Comércio
- Boletim Mensal de Estatística
- SIBS - Transacções realizadas em Caixas Automáticas por Município
- Transacções realizadas em Terminais de Pagamento Automático por Município
- ANACOM- Autoridade Nacional de Comunicações
  - Assinantes do serviço de televisão

### • Políticas Públicas na Região Centro

- Comissão Técnica de Coordenação do QREN
  - Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletins Informativos 7, 8 e 9
- Autoridade de Gestão do Mais Centro
- Sistemas de Incentivo da Agenda da Competitividade QREN

### • EUROACE 2020

- EUROACE 2020 –Estratégia para a Euroregião Alentejo– Centro– Extremadura

## DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO

### • Mobilidade Geográfica dos Trabalhadores na Região Centro 2004-2007

- Ministério do Trabalho e Solidariedade Social – Sistema de Informação Longitudinal de Empresas, Estabelecimentos e Trabalhadores (SILEET)

A informação contida no “Região Centro – Boletim Trimestral” do terceiro trimestre de 2010 foi recolhida até ao dia 13 de Dezembro de 2010.

